

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL É UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

por

Anna Maria Nardi

*Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP)***RESUMO**

O presente artigo tem o objetivo de apresentar o resultado da pesquisa bibliográfica que resultou na dissertação do curso de pós graduação “strictu sensu” Mestrado em educação, realizado na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) sobre o tema: *A Educação Ambiental é um instrumento para que se alcance o desenvolvimento sustentável – uma pesquisa feita em Petrópolis – RJ.* O que se pretende a princípio é estabelecer uma clara compreensão sobre o que é a Educação Ambiental e saber como é percebido o desenvolvimento sustentável. Tomou-se para a base de estudo a teoria dos valores, pois a apreensão do valor meio ambiente é essencial para a sobrevivência e preservação da espécie humana. Posteriormente, se fez uma análise sobre a questão da educação da razão e da educação da sensibilidade e sobre o conceito de conhecimento, considerando-se o estabelecimento de uma nova cultura.

Unitermos: 1. Valor 2. Meio ambiente 3. Educação Ambiental 4. Cultura
5. Educação da sensibilidade 6. Desenvolvimento sustentável.

RESUMEN

El presente artículo tiene el objetivo de presentar el resultado de la investigación bibliográfica, exploratoria y descriptiva, que resultó en la disertación del curso de Pos-grado “Strictu Sensu” Maestría en Educación, realizado en la Universidad Católica de Petrópolis (UCP), sobre el tema “Educación Ambiental es el instrumento para el alcance del desarrollo sostenible – una investigación hecha en

Petrópolis- RJ". Lo que se pretende, primero, es establecer una clara comprensión sobre lo que es Educación Ambiental y saber cómo se percibe el desarrollo sostenible. La base del estudio fue la Teoría de los Valores, pues la aprensión del valor medio ambiente se hace esencial para la supervivencia y preservación de la especie humana. Posteriormente, se hizo un análisis sobre la cuestión de la educación de la razón y de la sensibilidad y sobre el concepto de conocimiento, considerándose, desde entonces, una cultura que podrá establecerse.

Uní términos: 1. Valor 2. Medio Ambiente 3. Educación Ambiental 4. Cultura
5- Educación de la Sensibilidad 6-Desarrollo Sostenible

ABSTRACT

The main objective of this article is to present the result of a bibliographical, descriptive and exploratory research which culminated with the Post-Graduation qualification " STRICTO SENSU " Master's Program in the field of education, accomplished at UCP – Universidade Católica de Petrópolis, under the topic: *Environmental education is the instrument responsible for a sustainable development - a research based in Petrópolis, RJ.* At first, we aim at establishing a clear comprehension of Environmental Education and find out how the Sustainable Development can be understood. So, a study about the "Theory of Values" was the starting point, once we consider that the prompt understanding of the value of the environment is essential to the preservation and survival of the human species. Afterwards, an analysis was made regarding the Emotional and Reasoning Education, as well as, about the concept of knowledge, taking into great consideration the possibility of establishing a new culture in the future.

Uniterms: 1. Values 2. Culture 3. Environment 4. Environment Education
5. Sustainable development 6. Emotional education

1. INTRODUÇÃO

Vive-se uma situação singular no planeta, pois, pela primeira vez, o ser humano pode destruir a si mesmo e danificar profundamente a biosfera. Desta vez não são cataclismos naturais nem a queda de algum meteoro que produzem dizimações de vidas, mas é a irresponsabilidade do habitante da Terra, que não possui sabedoria suficiente, nem controle seguro sobre os meios de destruição que criou.

O modo de produção mundial continua altamente agressivo aos ecossistemas, exterminando, anualmente, mais de três mil espécies de seres vivos, e com eles, fazendo desaparecer todo um acervo de conhecimentos acumulados pela natureza ao longo de toda a sua evolução, além de danificar a qualidade de vida geral da Terra. Em face disto, é necessário repensar um modelo de desenvolvimento imposto, para que seja possível aproveitar de forma equilibrada e criativa a fabulosa base de recursos naturais de que ainda se dispõe, principalmente em se tratando de Brasil.

O consumo dos habitantes do planeta é o principal fator que determina o nível de intervenção humana na natureza. As formas como são extraídos e transformados os recursos naturais, as tecnologias utilizadas, o nível de eficiência e as perdas do sistema produtivo irão determinar o grau de predação do ambiente.

No cenário de algumas décadas a frente, os recursos naturais estarão próximos da exaustão. Como constatação cabe citar um dado alarmante divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

Nas próximas décadas a água será um dos recursos naturais mais escasso e portanto, valorizado. A dificuldade em sua obtenção desencadeará crises em muitas partes do mundo devido ao consumo abusivo e desordenado crescimento demográfico.

Com a nova revolução tecnológica, especialmente na área da informática, da robótica, da micro-eletrônica, das telecomunicações, da conquista aeroespacial e da biotecnologia, atravessa-se, atualmente, uma nova fase de transição com a crise da modernidade e a passagem para um novo paradigma civilizacional. É o que alguns autores irão chamar de transição paradigmática para uma nova ética social baseada

no respeito ao meio ambiente, ponte de ligação entre o mundo moderno e a sociedade pós-moderna.

A meta central da teoria e das práticas econômicas atuais – a busca de um crescimento econômico contínuo e indiferenciado – é claramente insustentável, pois a expansão ilimitada num planeta finito só poderá levar a catástrofe. Com efeito, nesta virada de século, já está mais do que evidente que as atividades econômicas estão prejudicando a biosfera e a vida humana de tal modo que, em pouco tempo, os danos poderão tornar-se irreversíveis. Nessa precária situação, é essencial que a humanidade reduza sistematicamente o impacto sobre o meio ambiente natural, tal como declarou corajosamente o senador americano Al Gore em 1992: “Precisamos fazer do resgate do meio ambiente o princípio organizador central da civilização.” (CAPRA, 2002, p. 157).

Nestes tempos de neoliberalismo exacerbado, em que o Deus-mercado vive sendo reverenciado pelos chamados formadores de opinião, é preciso pensar com coragem e ousadia numa nova estratégia de desenvolvimento, numa nova ética social baseada no respeito ao meio ambiente, tendo como referencial os princípios universais e humanísticos sem prescindir, no entanto, da dimensão ética de cada ciência e sem por um instante esquecer que o problema político-ambiental está intrinsecamente ligado ao problema moral.

Os valores morais estão presentes em diversas esferas da vida humana, pois são eles que procuram garantir o funcionamento, a estabilidade da sociedade e a possibilidade de melhorá-la.

Sob o aspecto do individualismo ético acredita-se que as pessoas individuais têm uma importância moral fundamental e que os grupos, nações e até mesmo meio ambiente somente importam na medida em que servem aos interesses do indivíduo.

Ética pessoal não quer dizer que cada um haja ao seu gosto, segundo lhe parece mais apropriado. Para se chegar a felicidade e a justiça, existem os caminhos. É verdade que cada um pode moldá-los a sua maneira, porém, deve encarnar valores de justiça e de responsabilidade, pois não se pode viver de qualquer modo.

Parece considerar a questão sob um ponto de vista estritamente relativista, contudo quando se fala de moral e de ética, se diz da instauração do bem, assim sendo, deve considerar-se a exigência da sadia conduta moral.

Em face disto, ousa-se afirmar que em nenhum período conhecido da história humana a educação precisou tanto de mudança de paradigma e de uma inovação libertadora. Mais do que produzir painéis solares a baixo custo, reciclar e dotar os carros de células de combustível ao invés de petróleo, necessita-se de um processo mais realista do mundo que consiste na real preservação dos recursos naturais. Isto sim é o desenvolvimento que se diz sustentável caracterizado, em linhas gerais, como aquele em que a velocidade da inevitável agressão ambiental é menor do que a velocidade com que a natureza consegue reagir para compensar estes danos.

Na análise desta constatação e sem correr o risco de ficar preso simplesmente a uma vã literatura, é preciso focar esse estudo sob a visão de teóricos e teorias que possam dar embasamento a nova abordagem metodológica que se pretende alcançar para que a Educação Ambiental seja uma real transformadora de atitudes do homem.

Entretanto, para que se atinja este objetivo primeiro, deve-se tomar como ponto de partida o estudo da Teoria dos Valores, segundo a abordagem de alguns dos principais teóricos deste ramo do conhecimento aqui selecionados: Max Scheler, Yohannes Hessen, Yvan Gobry, Rizieri Frondizi, dentre outros, que porventura possam trazer enriquecimento para esse estudo.

2. A TEORIA DO VALOR

2.1 Breve histórico da teoria do valor

Os valores constituem um novo tema na Filosofia. A disciplina que os estuda, a axiologia, dá os seus primeiros passos na Segunda metade do século XIX. É certo que alguns valores inspiraram obras de vários filósofos desde Platão, contudo as preocupações não lograram criar um corpo teórico próprio.

Segundo Hessen, o primeiro pensador a preocupar-se com esta matéria foi Sócrates: “Podia resumir-se todo o seu ingente esforço intelectual nesta matéria na seguinte fórmula: combate ao relativismo e subjectivismo dos sofistas; luta pela objetividade e absolutividade dos valores éticos”. (HESSEN, 1978, p.24)

Em Platão, o núcleo central de sua filosofia, a Teoria da Idéias, culmina com a idéia do bem e está calcada em valores éticos e estéticos. No entanto, reforça-se o fato que não há uma “Teoria dos Valores”, pois fala-se de idéia.

Encontra-se, então, a identificação do valor associado a idéia do bem porque considerava-se que o conhecimento da verdade levava à virtude ou a ignorância levava ao erro.

Aristóteles, dando continuidade e reformulando o pensamento socrático-platônico, substitui o “cosmos das idéias” pelo “cosmo das formas” em que o bem passa ser tomado como presente nas coisas.

Na Filosofia moderna foi Kant quem deu maior contribuição para a Filosofia dos Valores. A sua posição como diz Hessen, é diametralmente oposta a de Aristóteles: “A idéia de valor é finalmente deslocada do cosmos para o domínio pessoal da consciência”.

Immanuel Kant (1724 – 1804), filósofo alemão teve seu pensamento dividido em duas fases: a pré-crítica (1765 – 1780) e a crítica (1781 em diante), que se inicia com a *Crítica da Razão Pura*, sua obra principal. Em 1788 publica a *Crítica da Razão Prática*, que trata de um conhecimento para além da razão, pois aborda a esfera do valor moral e formula, então, o famoso princípio do imperativo categórico: “Age de tal forma que a norma de tua ação pode ser tomada como lei universal”, estabelecendo que a conduta do ser humano só se baseará em valores que possam ser adotados por todos, embora não tenha prescrito especificamente que valores são esses.

Através do princípio do imperativo, Kant já falava sobre a existência de uma forma de conhecimento através da razão prática, que, em última análise é a sensibilidade ainda não explorada e não utilizada sistematicamente.

Por sensibilidade entende-se a capacidade de sentir, de ser afetado através dos sentidos, recebendo impressões causadas por objetos externos. Kant usa esse termo de maneira análoga, pois refere-se a ele para designar a receptividade da consciência, capacidade de formar-se representações dos objetos graças a maneira pela qual estes afetam a todos.

Assim, com o estudo da razão pura e a razão prática, estabeleceu-se o conhecimento como resultante do funcionamento conjunto da sensibilidade e do intelecto. Logo, existe uma forma de conhecimento pela sensibilidade, pois definiu-se, inclusive, a intuição pura como uma forma a priori da sensibilidade.

Vale ressaltar que conhecer a realidade significa compreendê-la e explicá-la e que até então, esta era analisada tão somente a luz da razão.

Diz a professora Dr.^a Vera R. Werneck (WERNECK, 1996, p.2): “Pode-se dizer que, para o mundo grego, o valor maior era a própria razão. E a civilização ocidental, herdeira da cultura greco-romana, privilegiou, no seu sistema educacional, o conhecimento do ser pelo pensamento lógico”.

Verifica-se, contudo que a racionalidade tão louvada pela cultura ocidental, herança da cultura greco-romana é um dos aspectos a ser analisado, dentre os possíveis, para que se chegue ao conhecimento a partir da abordagem de Kant.

Foi ainda no século XVII que o tema valor surgiu na economia política. Daí trasladou-se para a Filosofia através de Rudolf Hermann Lotze (1817 – 1871), apontado por Hessen como o “pai da moderna Filosofia dos Valores”. É a ele que pertence a honra de ter introduzido na consciência filosófica contemporânea os conceitos de “valor” e de “valer”. Beresford considera: “esse fato também foi o prelúdio do que mais tarde viria a constituir-se na teoria dos valores ou axiologia” (2000, p.45).

Para Lotze, da mesma forma que se entende o ser por meio da inteligência captamos o valor através de uma modalidade particular de “sentir espiritual”.

Ainda no final do século XIX, Friedrich Nietzsche (1844 – 1900), interpretou as elaborações filosóficas e teorias científicas, as ideologias e visões -de-mundo como a expressão de atos de preferir e preterir, valorar ou desvalorizar. Com isso, deu também uma contribuição definitiva a nascente Teoria dos Valores.

Nietzsche introduziu no vocabulário da Filosofia alemã a palavra “valor”. Hessen chama a atenção para o fato de que antes de Nietzsche usavam-se constantemente expressões em economia política como: valor de troca, valor de uso, mais valor e outras mais, considerando de forma evidente que tal fato contribuiu para que o uso do vocábulo se estabelecesse.

Procuram os filósofos alemães sucessores de Lotze, as propriedades gerais do valor, estudando-as. Destacam-se, posteriormente, na Alemanha, grandes axiólogos, dentre eles Max Scheler e Johannes Hessen, que são referências para esse estudo que ora se delinea.

Max Scheler (1874 – 1928) em sua obra *O Formalismo na Ética e a Ética Material dos Valores* desenvolve uma clássica oposição à ética kantiana, além de

estabelecer uma categorização, conceituação, classificação e hierarquização dos valores.

Johannes Hessen (1889 – 1971), com relação a referida teoria, abrange a totalidade de sua temática ou problemática.

O interesse pela Filosofia dos Valores é sistematizado na Escola de Baden, fundada por Wilhelm Windelband (1848 – 1915), que deriva da visão kantiana da moralidade do homem. Preocupa-se especificamente, com o estudo da cultura e com a Filosofia dos Valores, porque são exatamente os valores, correspondentes as carências humanas que vão manifestar-se no modo pelo qual o homem enfrenta os obstáculos que a natureza lhe impõe.

Scheler define a apreensão do conhecimento faz-se também por via emocional, capacidade de perceber realidades que a razão não capta. Chama de intuição emocional a sensibilidade e distingue a sensação como o que vem dos sentidos. Para ele o sentimento é inerente ao espírito. Assim, a razão é que vai permitir o conhecimento do valor como idéia.

No dizer de J. Hessen:

Scheler vê na intuição emocional o órgão do conhecimento dos valores. Estes acham-se segundo ele, completamente vedados ao intelecto. O intelecto é tão cego para ele como o ouvido para as cores. Os valores são apreendidos imediatamente pelo nosso espírito, de um modo análogo aquele em que as cores o são pelos nossos olhos. (HESSEN, 1978, p.195)

Há de se considerar que a emoção representa uma ampliação do sentimento pelo encontro brusco com o valor.

Scheler afirma que o anseio humano é preenchido por alguma coisa que se chama valor.

Os valores existem objetivamente e funcionam no dia-a-dia, não enquanto se fala ou se escreve sobre eles, mas nos momentos de decisão e ação em que são tomados como fundamento; por base do agir a partir da valoração que se lhes atribuímos. Por isso o filósofo alemão Max Scheler afirma que “as coisas existem, os valores valem”.

A afirmação a seguir de Rizieri Frondizi (1996, p.86) parece corroborar esta visão: “captamos os valores pelos sentidos e valoramos o que desejamos, o que nos agrada”.

Quando os valores valem? Os valores valem quando pesam na balança de tomadas de decisões, quando da busca de satisfação de carências. Assim, os valores valem: quando eles fazem inclinar as atitudes e a conduta numa direção e não em outra, segundo a valoração que o sujeito lhe conceder; ao fazer em decisões tomadas em determinado rumo, estão funcionando como a fonte de sentidos de opções, das escolhas, das decisões, dos atos, das atitudes, das ações como um todo.

Os valores valem quando levam a realização pessoal e a plena vivência, sem perder de vista a noção fundamental do que venha a ser pessoa.

“Pessoa no pensamento marcado pelo cristianismo é um ser racional e livre, definido por sua dimensão de sujeito moral e espiritual, plenamente consciente do bem e do mal, livre e responsável”. (JAPIASSU, 1996, p.211)

Como esclarece a Prof^a. Dr.^a Vera R. Werneck:

Todo homem é, ao mesmo tempo, uma “pessoa” e uma “personalidades”. Enquanto “pessoa” é um animal, portanto um ser vivo, dotado de racionalidade, de liberdade psicológica e de sensibilidade/afetividade. Assim sendo, só se realiza pelo respeito e desenvolvimento dessas características”. (WERNECK, 2003, p.56)

Diz ainda a autora:

Ao mesmo tempo que é “pessoa”, cada ser humano é uma “personalidade” singular e única com características individualizantes, provenientes de um código genético de fatores ambientais e históricos que a tornam especial e diferente de todas as demais. Por este motivo, cada um deve desenvolver-se segundo a sua personalidade, procurando realizar, no sentido de plenificar cada uma de suas características. (WERNECK, 2003, p.57)

Logo, para efeito deste estudo, cabe estabelecer que valores motivam qualidade, ações, escolhas e decisões que possam gerar crescimento e aprimoramento para o indivíduo e para a sociedade como um todo.

Se o sentimento amplia ou diminui a compreensão de um fato, modificando-o ou deturpando o querer e o gostar serão também propulsores do conhecimento e não apenas do simples agir.

Sintetizando, todo ato humano conseqüente depende de uma decisão prévia daquele que realiza este ato. Deste modo, os valores é que irão determinar a atitude de pessoas.

Em face dos estudos até aqui realizados, refletir agora, sobre a seguinte citação de Ubiratan Macedo, será bastante enriquecedor.

A angústia do homem contemporâneo, sua agitação, seu vai-e-vem, sua ânsia de diversão, a insensibilidade crescente dos horrores da guerra, da violência e as drogas, o desprestígio prático da democracia e da razão, mostram a necessidade de uma reflexão filosófica sobre os valores e sua fundamentação objetiva. (MACEDO, 1971, p.1)

Cabe acrescentar essa visão a questão da degradação do planeta Terra e uma premente Educação Ambiental, essencial para a sobrevivência de um todo em que se vive e que dependerá de uma revolução calcada na Teoria dos Valores – a educação da sensibilidade.

2.2 Aspectos Fundamentais: conceitos básicos

O estudo que ora está sendo desenvolvido exige o esclarecimento dos conceitos que serão utilizados no decorrer do mesmo. Portanto, nesta seção haverá uma pesquisa que relacionar-se-á a aspectos fundamentais e conceitos básicos da Teoria do Valor.

Deve-se considerar que cada um é um ente no mundo no qual se encontra incluído, composto de elementos que não são neutros. Ubiratan Macedo explica muito bem ao dizer: “[...] as coisas e os seres todos têm uma nota peculiar ao sujeito que se encontra imerso nelas. São elas boas ou más, feias ou belas, úteis ou inúteis, em suma, apresentam um valor para nós”. (MACEDO, 1971, p.11)

O objetivo do presente trabalho, a esse tempo, é o de explicitar sem que fique resquícios de dúvida o conceito de valor.

Segundo Johannes Hessen:

“O conceito de valor não pode ser rigorosamente definido. Pertence ao número daqueles conceitos supremos, com os de “ser” ou existência, que não admitem definição. Tudo o que pode fazer-se a respeito deles é simplesmente tentar uma clarificação ou mostração do seu conceito”. (HESSEN, 1980, p.97)

À parte da colocação de Hessen, deve-se ainda ponderar que a vulgarização, pelo uso, do termo valor, devido principalmente, ao seu emprego enquanto aspecto econômico, remete à necessidade de se estabelecer que ele é corretamente utilizado para “designar o que de qualquer modo vale para o homem”. (WERNECK, 1996, p.16). Logo, tudo aquilo que satisfaz o homem vale, pois é objeto de seu interesse.

O valor, como aquilo que o satisfaz pode apresentar-se como vital e espiritual.

O valor vital é o fundamental e o primordial para o ser humano; é condição para que a sua humanidade se realize e que a vida no planeta se perpetue. Ela é a primeira forma de valor que dará base de sustentação e condição para a segunda manifestação do valor, que é espiritual e que vai caracterizar o homem como tal.

“Os valores não são, por conseguinte, nem coisas, nem vivências, nem essências: são valores”. (FRONDIZI, 1986, p.16)

Depreende-se, então, que os valores não existem por si mesmos, precisam de um ente para que possam existir.

A beleza de um quadro é um bom exemplo, uma vez que a observá-lo será possível ver que ele possui qualidades objetivas como: a extensão, o peso e as cores. O quadro não pode existir sem essas qualidades. Entretanto, a beleza do quadro, embora objetiva, é atribuída a ele por outro ser subjetivamente.

Seria ainda interessante distinguir os conceitos de idéia e de valor, tomando-se uma vez mais como exemplo a beleza.

A beleza, enquanto valor, é captada por via emocional. Não se tem a noção do belo pela consciência. O que se tem por aí é a idéia de beleza que se apreende por via intelectual, pois contém conceitos de dimensão, proporção e estilo, dentre outros, que são apreendidos inteiramente por via racional.

Diz Hessen:

Todos nós valoramos e não podemos deixar de valorar. Não é possível a vida sem proferir-se constantemente juízos de valor. É da essência do ser humano conhecer e querer, tanto quanto valorar.

[...]

Valoramos as mais diferentes coisas. O nosso valorar recai sobre todos os objetos possíveis: água, pão, vestuário, saúde, livros, homens, opiniões, atos. Tudo isso é objeto de nossas apreciações. (HESSEN, 1980, p.40)

É ainda necessária a distinção entre valoração e valor. Rizieri Frondizi afirma que:

É certo que a valoração é subjetiva, mas é indispensável distinguir a valoração do valor. É o valor anterior a valoração. Confundir a valoração com o objeto é como confundir a percepção com o objeto percebido. A percepção não cria o objeto, mas o capta, o mesmo sucede com a valoração. O subjetivo é o processo da captação do valor. (FRONDIZI, 1986, p. 28)

Numa reflexão sobre educação, principalmente em seu enfoque ambiental, não se pode deixar de lado o papel que para ela tem o “não-valor” e o “contravalor”.

Considera-se por não-valor aquilo que é indiferente, que nada representa para o sujeito por não corresponder as suas necessidades.

O não-valor pode ser o resultado de uma desvalorização feita pelo homem, que retira um valor, dando origem ao não-valor. É o exemplo de uma árvore que tomba por causa natural ou ação humana, não importa. Com sua morte, desaparece o valor.

No processo de desvalorização, o valor permanece existindo independente do sujeito. Quem finge não conhecer ou não conhece o valor do desenvolvimento sustentável, não o valoriza, nem por isso ele tem menor valor.

Fala-se correntemente na inversão da escala dos valores que ocorre no mundo moderno.

É uma característica dos valores estarem ordenados hierarquicamente e esta dependerá do preenchimento maior ou menor das necessidades da pessoa humana.

Segundo diz a Prof.^a Vera Werneck, “a hierarquia dos valores seria originária dos próprios valores, sendo portanto objetiva e não proveniente da subjetividade humana”. (WERNECK, 1996, p.69)

O homem é um ser que não pode viver em sociedade sem regras de justiça e respeito ao outro, o que faz criar normas e prescrições que regulamentam o comportamento dos indivíduos. Quando se perde o parâmetro da moralidade, mesmo que seja em nome de uma “nova ótica social”, estamos diante da instalação de um contravalor.

Além do valor, importa também o contravalor na educação.

O contravalor é o que se opõe ao valor. O que se levanta contra o sujeito e visa a um objeto que lhe é prejudicial.

Um exemplo claro de contravalor é o da economia com base na degradação ambiental, como é o caso da monocultura e do extrativismo do pau-brasil, que

criaram grandes extensões de área desértica no Brasil. Segundo o relatório do Clube de Roma, em 1972, tal degradação poderá levar o planeta Terra à extinção. Esse é o caso de um contravalor vital, pois é nocivo por restringir a vida e a saúde.

A luta da Educação Ambiental resume-se nesse esforço contínuo para a promoção do valor e para o combate ao contravalor.

2.3 O processo cognitivo do valor

Reitere-se a afirmativa:

Conhecer a realidade significa compreendê-la e explicá-la.

O homem é o sujeito que apreende o objeto, ou seja, a realidade sob a forma de coisas, fatos ou fenômenos.

Segundo o dicionário básico de Filosofia: “O conhecimento é função ou ato da vida psíquica, que tem por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência”. (JAPIASSÚ, 2001, p.51)

Por esta definição simples e objetiva, pode-se perceber que existe mais de um modo de se adquirir o conhecimento, contudo antes de classificá-los seria interessante refletir sobre a concepção de Johannes Hessen (1972 ,p.26) , que transcreve-se a seguir:

No conhecimento encontram-se frente a frente a consciência e o objeto, o sujeito e o objeto. O conhecimento apresenta-se como uma relação entre esse dois elementos, que nela permanecem eternamente separados um do outro. O dualismo sujeito e objeto pertence a essência do conhecimento.

A função do sujeito consiste em apreender o objeto e a do objeto em ser apreendido pelo sujeito. No sujeito surge, então, algo que contém as propriedades do objeto.

Segundo a forma de apreensão, o conhecimento pode ser:

❖ sensorial ou empírico – o universo dos objetos físicos é conhecido pela sensação de suas características. O sujeito cognocente estabelece com eles uma relação física, apoderando-se de suas propriedades sensíveis. Tem por base a experiência, é descritiva;

- ❖ científico – busca a causa e sistematiza a observação construindo um conhecimento universal. Através do raciocínio, o homem combina dados que o possibilitam analisar, comparar, unir e unificar, gerando conceitos e leis indispensáveis ao entendimento da realidade;

- ❖ filosófico – obtido através da razão a partir das causas primeiras e dos fins últimos;

- ❖ por fé – ocorre por adesão livre da vontade. Comum no dia-a-dia através de simples escolhas.

O conhecimento torna-se crença quando a questão está vinculada a tempo, isto é, conhece-se através da literatura e de outros pontos históricos.

Segundo o que foi estudado até aqui, observa-se que o modo de conhecer se dá no consciente, mas pode ocorrer tanto no sentir quanto no inteligir.

Esta sessão de estudo objetiva analisar o fenômeno do processo cognitivo do valor, ou seja, como ocorre a sua apreensão e captação.

O agir humano, em seu início, é sempre dirigido ao preenchimento das necessidades básicas e esta ação torna-se satisfatória quando há o encontro com o valor.

Toda carência do homem é de valor e essa deverá ser suprida com o que é próprio, o que levará a quietude de todos os anseios.

Diz Max Scheler: “[...] o espírito divide-se em razão e sensibilidade, todo alógico é atribuído a sensibilidade e todo o conhecimento a razão”. (In MACEDO, 1971, p. 33)

Ele distingue as seguintes fases no processo emocional do conhecimento:

- ❖ o sentir ou perceber o valor, o que leva a revelação da existência de valores isolados, sem hierarquia;

- ❖ os atos de preferir e rejeitar, onde se revela a hierarquia dos valores.

Pelo racional o homem pensa, pondera e reflete. Já através do emocional ele sente e age por impulso.

Os valores são apreendidos, captados imediatamente, sem a utilização de deduções e operações mentais, isto é, não existe o envolvimento do processo intelectual nesta etapa.

O conhecimento que advém da apreensão do valor é intuitivo, percebido pela sensibilidade. Assim, sabe-se que ele é emocional. Na fala de Hessen: “os valores

pertencem ao lado emotivo da alma humana”. Ora, é evidente que uma esfera emocional só pode dar acesso a uma forma também emocional do conhecimento.

O homem, a partir do seu próprio acervo, denominado por alguns de imaginário, irá em busca da satisfação de suas carências e é através da sensibilidade que ele irá apreender o valor e hierarquizá-lo.

Deste modo, a sensibilidade é um processo cognitivo através do qual o valor é apreendido.

O sentir apresenta-se com real capacidade cognitiva.

Para Yvan Gobry, o sentimento amplia ou diminui a compreensão de um fato, modificando ou até deturpando essa compreensão na área racional.

Elucida a Prof.^a Dr.^a Vera R. Werneck (1996, p.8): “é com a sensibilidade que o homem reconhece os valores que podem satisfazer suas carências nas diversas áreas do seu eu”.

O intelecto põe a reação do sentir em relação do objeto que lhe é apresentado e é esta a ordenação assim compreendida pelo intelecto que contém aquilo a que chama-se de “valor”. Isto faz perceber que ambos, sentimentos e intelecto, constituem a valoração.

Para um maior esclarecimento será dado o exemplo de uma majestosa paisagem, já que o tema dessa pesquisa esta vinculado a Educação Ambiental. Quando uma paisagem causa encantamento, é por verdadeira “intuição estética” – não há contestação plausível. Estar-se-ia diante daquilo que Max Scheler denominou intuição emocional.

Se depois de experimentada essa sensação fosse tentada a mesma experiência através de operação intelectual com terceiros, como a descrição da paisagem, com certeza o resultado não seria o mesmo.

3. A EDUCAÇÃO PROPRIAMENTE DITA

Toda pessoa tem, ao nascer, além do direito a educação, condições para adaptar-se a um mundo que varia de geração a geração. Isso se deve ao espírito criador do ser humano, pois segundo análise de várias conceituações, educar é a

atividade humana que consiste em cultivar, habilitar, ensinar, instruir, formar e elevar o indivíduo e o gênero humano.

O homem por si só, em face de sua natureza, sabe que pode tornar-se melhor e busca seu aperfeiçoamento. Nesta procura, ele encontra a harmonização e o desenvolvimento global, que permitem a sua humanização e farão com que tenha consciência da sua própria dignidade.

Este processo, chamado de educação, consiste na capacidade de realizar as mudanças necessárias e de possibilitar a transformação da animalidade para a humanidade, dos instintos para os sentimentos e das exigências dos valores materiais para os espirituais.

Educar supõe a busca do ser mais, e não apenas do ter mais; educar para o desenvolvimento de valores, mas não apenas para se obter o luxo da inteligência pela inteligência e também o desenvolvimento das faculdades a ele inerentes e não daquelas que sirvam tão somente para sua expressão.

Sob o aspecto legal, a Carta Magna, em seu art. 205 faz a seguinte consideração: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ainda se vive, no Brasil, um enorme descaso com a educação do povo, o que faz lembrar a citação de Paschoal Lemme: “Nossos educadores em 1950, pareceram-me lamentavelmente apegados ao velho sofisma escravagista: eduquemos até o último analfabeto e assim teremos um Brasil próspero e feliz”. (LEMME, 1988, p.30).

Esta acertiva parece um pronunciamento do início do séc. XXI que ora se vive. Até hoje, a discussão dos problemas nacionais gira sempre em torno do binômio economia – política, com o esquecimento do universo cultural, que é o mais importante. É cristalinamente óbvio que nenhuma nação chega a lugar nenhum sem contar com a real educação do homem, que faz dela o lugar de sua realização e não apenas a simples alfabetização como querem até agora considerar, pois essa era a “educação” proposta na fala de Paschoal Lemme.

O que é a educação, em última análise se não o processo de inserção da pessoa humana na vida social? Neste sentido é necessário que se tenha uma idéia

de homem que o leve a indagar nos horizontes da cultura qual seria a verdadeira tarefa a ser desempenhada no percurso da formação humana.

Por que, no linear de um novo século e de um novo milênio, a Comissão Internacional de Educação para o séc. XXI, ao produzir um relatório apontando as novas tendências dá-lhe o nome de EDUCAÇÃO, UM TESOURO A DESCOBRIR?

Para que se responda de maneira precisa a essa indagação, será necessário ter uma visão lúcida do significado da educação no mundo de hoje. Jacques Delors, no prefácio do relatório afirma: “Em face dos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável da humanidade na construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social”. (In COSTA, 2000, p. 20)

Em seguida, ele nos fala da sua

[...] fé inabalável no papel indispensável da educação no desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades. Não como um remédio milagroso, não como um abre-te sésamo de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz ao desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras. (In COSTA, 2000, p.20)

Vive-se no auge da globalização da economia e das comunicações, numa época marcada pelas contradições, individualismo e mudança de paradigmas. É, portanto, dentro desse cenário pós-moderno que a educação deve atuar, cenário este que impõe constantes desafios para que se encontre a situação ideal.

É preciso vivenciar valores e, no processo educativo criar espaços para que os educandos usem de experimentação e se encontrem enquanto seres humanos em constante crescimento.

3.1 O conceito de educação adotado

A Educação é um processo antropológico que começa antes e se prolonga além da escola. Esta instituição partilha com outras entidades a responsabilidade de orientar o desenvolvimento da infância e da juventude, mas tem a função específica

de fazer mediação entre o processo educacional da sociedade com um todo e as aspirações, expectativas e necessidades de cada pessoa em especial.

Há várias concepções de Educação. Em sua expressão mais ampla, porém, significa qualquer forma de aprimoramento do ser.

Todas as definições de Educação referem-se ao fato de que ela é um processo essencialmente humano, pois a espécie humana é a única que dela carece para sobreviver e evoluir e, como tal, envolve uma finalidade que implica uma necessária referência axiológica, isto é, uma relação com o mundo dos valores. Deste modo, ele dará as metas e forma do agir humano.

Partindo-se da percepção de que o homem é passivo de crescimento e aprimoramento, “pode-se entender o processo de educação como sendo este aperfeiçoamento contínuo, essa busca de eterna plenitude”.(WERNECK, 1996, p.7)

Diz ainda a mesma autora a página 9 da obra supracitada: “Em sentido específico, o termo será entendido como o processo de hierarquização dos valores de acordo com as exigências do ser humano enquanto pessoa”.

A tarefa da Educação é exatamente promover o crescimento do indivíduo fazendo-o transformar-se em pessoa. É sua função levar ao reconhecimento do valor espontâneo, como o da beleza de uma obra de arte, da bondade em uma ação humana, mas, principalmente, saber instaurá-lo onde não se encontra de modo peculiar e original, de acordo com a personalidade do indivíduo.

A primeira forma de Educação deve, portanto, reportar-se aos valores vitais na natureza e nos bens utilitários, que atuam na área do vital, mas já com a interferência da razão.

É pela Educação que se aprende a distinguir o não-valor do valor e da sua hierarquia embora esta escala não possa ser imposta porque, no que diz respeito as personalidades, ela varia sobremaneira de homem para homem.

Vale lembrar que o não-valor é quando o sujeito visa a um objeto que não corresponde a sua necessidade.

Certamente a Educação deve estar voltada para a autonomia, a ética, para a valorização da diversidade cultural, para a busca da identidade – uma Educação antropológica – que forme seres mais humanos, criativos e menos técnicos. Pessoas capazes de refletir, de ouvir o outro, de respeitar o diferente, de analisar situações e buscar soluções. Uma formação voltada para pessoas sensíveis, porém sábias, que veja o outro como um parceiro importante para a construção do seu saber.

John Dewey (1971) exige que não se faça uma separação entre Educação e vida: “Educação não é preparação, nem conformidade. Educação é vida, é viver, é desenvolver-se, é crescer”.

Foi Dewey o inspirador de Anísio Teixeira, o grande educador que se destacou na luta pela Educação como direito de todos e na defesa da escola pública. Maior revolução de valores até hoje acontecida no campo educacional brasileiro.

Segundo estes conceitos, estabeleceu-se que a função da Educação é a promoção da busca correta dos valores e a sua adequada ordenação, isto é, a Educação acontece com a aprendizagem que o ser humano desenvolve ao ser capaz de lidar com as suas carências e assim distinguir o que realmente vale.

Mas como se concebe a aprendizagem?

Parta-se da seguinte premissa: como se realiza a aprendizagem?

Aprender é adquirir uma compreensão de como suas investigações, quando oportunas, transformam a situação de aprendizagem, bem como a si mesmo, a partir de experiências de outros e de suas próprias experiências. Se assim não fosse, o conhecimento teria que ser reconstruído todos os dias, desde a sua essência fundamental

Kilpatrick (1978, p.61) reforça esta certeza ao afirmar: “Aprender é adquirir um modo de comportamento. Uma coisa foi aprendida, quando, em tempo oportuno, uma espécie de conduta pode realizar-se e se realiza”.

Ainda segundo o autor, para aprender é necessário que se tenha a abrangência de “disposições e atitudes emocionais, bem como conhecimentos e habilidades”.

Ele também afirma que:

Só aprendemos o que é bem sucedido. Digamos mais exatamente: ao tentarmos atingir uma meta desejada, se algum de nossos esforços forem bem sucedidos e outros não, aprendemos a fazer os primeiros (sucesso) e a não fazer os que falharam (fracasso). (Kilpatrick, 1978, p. 69)

Vê-se que a aprendizagem está presente em todas as instâncias da vida de forma marcante. Nasce-se para aprender e aprende-se até morrer. A aprendizagem continuada ao longo da vida significa que, se uma pessoa tiver o desejo de aprender, ela terá condições de fazê-lo, independentemente de onde e quando isto ocorrerá. Para tanto, é necessária a confluência de três fatores: que ela tenha a

predisposição para a aprendizagem, que a informação esteja organizada e que existam pessoas que possam auxiliá-la neste processo.

Aprendizes são os que “permitem que os seus sentidos sejam abertos ao que é, e suas mentes se abram a que possivelmente pode ser”.(LIPMAN, 2002, p.204)

A experiência de aprender e ensinar é tão prazerosa que na maioria das vezes as pessoas não se dão conta de que estão ou aprendendo ou ensinando. Nestas situações têm-se a oportunidade de vivenciar uma ‘experiência ótima” alcançando um sentimento de excitação e de divertimento relembrados como bons momentos da vida. No entanto, essa experiência não é atingida por meio de atitudes passivas ou fáceis; em geral, ela acontece quando as pessoas estão inteiramente envolvidas, mergulhadas na situação e dando o máximo de si.

Por estas observações depreende-se que a aprendizagem e, conseqüentemente, a Educação manifestam -se por via racional e sensível.

Cita-se uma vez mais a Prof.^aDr.^a Vera R. Werneck (1996, p.81):

A interação existe entre a sensibilidade e a inteligência e faz-se de tal modo que os valores enquanto idéias são analisados pela razão para que se forme os juízos de valor que influenciam na escala de valores da sensibilidade que, por sua vez, pelas opções correspondentes as tendências de cada um, influi na operação da razão.

É através da Educação que existe uma permanente correção de rumos no aprimoramento do homem enquanto pessoa, envolvendo inclusive a sua dignidade, pela qual se expressará.

3.2 A educação da razão

A civilização ocidental herdeira da cultura greco-romana, privilegiou no seu sistema educacional, o conhecimento do ser pelo pensamento lógico.

Começa-se esta seção com uma citação de Castoriadis (In Augras, 2000, p.125) do texto “Mil janelas: teóricos do imaginário”.

Diz o autor:

A racionalidade tão louvada pela nossa cultura ocidental a tal ponto que o homem foi definido como “animal racional” em oposição aos “animais irracionais”, é apenas um dos aspectos do pensamento dentre os possíveis. O homem não é somente capaz de racionalidade e irracionalidade. Mas ao contrário do que pretende o pensamento herdado, é a irracionalidade a característica especificamente humana. Racionais são os animais, cuja a programação biológica não admite erros.

A ênfase dada ao pensamento racional em nossa cultura está sintetizado no célebre enunciado de Descartes, “Cogito ergo sum” – Penso, logo existo – sabiamente seguido pelos indivíduos ocidentais que equipam a sua identidade com a mente racional e não com o seu organismo total.

Uma das mais importantes conseqüências filosóficas dessa nova compreensão da vida, traduzida por Castoriadis é uma concepção inaudita da natureza, da mente e da consciência, que finalmente supera o dualismo cartesiano entre mente e matéria. No século XVII, Renè Descartes baseou a sua concepção da natureza numa divisão fundamental entre dois domínios independentes e separados – o da mente a “coisa pensante” (res cogitans) e o da matéria, a “coisa extensa” (res extensa). Essa cisão conceitual entre mente e matéria tem assombrado a ciência e a filosofia ocidentais a mais de 300 anos.

[...] os efeitos da divisão entre mente e corpo são sentidos em toda a nossa cultura. Na medida em que nos retiramos para nossas mentes, esquecemos como “pensar” com os nossos corpos, de que modo usá-los como agentes do conhecimento. Assim fazendo, também nos desligamos do nosso ambiente natural e esquecemos como comungar e cooperar com sua rica variedade e de organismos vivos. (CAPRA, 1982, p.37)

O entender, ocorrendo nos níveis preconceitual e lógico, vai modificar a influência do imaginário, constituindo estruturas que marcam todo o processo intelectual. Deste modo, a Educação da razão se dá pela formação da razão lógica e da instrução.

Instrução é a capacidade de aprender a correlacionar idéias feitas pela faculdade intelectual que é a inteligência viabilizando a possibilidade de resolver problemas ou de criar produtos que sejam valorizados dentro de um ou mais cenários culturais.

A instrução não se confunde com a Educação, ela situa o conhecimento e faz sobre ele um julgamento para aplicá-lo corretamente.

Percebe-se, então, que a razão serve para conhecer o ser e não o valor enquanto tal. Por este processo, o sujeito pode adquirir um ponto de vista crítico e exercer seu julgamento sobre o concreto.

Diante do aqui exposto, parece interessante fundamentar esta pesquisa a luz da teoria de Piaget e da obra de Vygotsky que embora concebiam a criança como um ser ativo e que constantemente cria hipóteses sobre o meio ambiente, seguem caminhos diferentes com o seu modo de perceber o processo de desenvolvimento. Ambos são, a priori, adeptos do pensamento racional.

Vygotsky, filósofo e semiólogo russo, desenvolveu um trabalho considerado de primeira linha no campo da psicologia. Identificou três estágios principais no desenvolvimento da criança: vago sincrético, em que a criança dependia essencialmente de ações e se identificava ao sensório-motor, estágio dos complexos e estágio de conceito potencial.

Para ele:

[...] o desenvolvimento humano é bem mais que simples e pura formação de conexões, reflexos ou associativas pelo cérebro, e muito um desenvolvimento social, que envolve, portanto, uma interação e uma mediação qualificada entre o educador e o aprendiz. (In ANTUNES, 2002, p.27)

Vygotsky chama essa forma de interação de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

A ZDP pode ser definida como: “[...] a distância entre o nível de resolução de um problema que uma pessoa pode alcançar atuando independentemente e o nível que pode alcançar com a ajuda de outra pessoa mais competente ou mais experiente na tarefa”. (In ANTUNES, 2000, p.28)

Existe um papel transformador do sujeito em toda aprendizagem, é aí que se observa a interferência do componente sensibilidade, expressa pela afinidade, simpatia ou antipatia, por exemplo, que serão variáveis no processo.

Celso Antunes, cita na obra já referida, itens que considera capazes de gerar progresso e fazer com que os alunos progridam através da ZDP. O primeiro deles é – construir, gradativamente um clima de relacionamento afetivo com os alunos.

Desta forma, segundo a escala dos valores de que se dispuser, hierarquizar-se-ão hábitos e atitudes e aliar-se-á a esse processo o dhar interativo de Vygotsky que diz: “[...] a consciência emerge da vida social humana”. (In CADERNOS CEDES, 1971, p.99)

Para Vygotsky o meio nunca é o mesmo para todos os indivíduos, porque as pessoas experienciam de forma distinta cada situação e nunca é o mesmo para o indivíduo em diferentes períodos de formação. Em casa, por exemplo, a criança que está aprendendo a falar experiencia-se ao meio diferentemente ao ter domínio da oralidade, mesmo que sua casa e sua família continuem as mesmas.

Outro grande teórico do conhecimento foi Jean Piaget, biólogo que contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento da psicologia. Seu objetivo principal era solucionar as questões do conhecimento e sua teoria ficou conhecida como Epistemologia Genética.

De acordo com a teoria piagetiana, “não há conhecimento sem conceitos”, isto é, o conhecimento parte da ação da pessoa sobre o meio em que vive. A criança para ele é vista como um agente de seu próprio desenvolvimento.

Os principais períodos do desenvolvimento humano para Piaget seriam:

- ❖ Sensório-motor (0 – 24 meses) – período de bebê em que irá ocorrer a organização psicológica básica em todos os aspectos. Do ponto de vista do auto-conhecimento o bebê irá explorar o seu próprio corpo, conhecer seus vários componentes, sentir emoções, estimular o ambiente social e ser por ele estimulado, e assim irá desenvolver a base do seu auto-conhecimento, que estará alicerçado no esquema corporal.

- ❖ Estágio do pensamento pré-operacional (2-7 anos) – a criança estará desenvolvendo ativamente a linguagem e iniciará a capacidade de representar uma coisa por outra, ou seja, formar esquemas simbólicos.

O pensamento será caracterizado por uma tendência lúdica, que determinará uma percepção muito distorcida da realidade.

Nesta fase da primeira e segunda infâncias, a criança estará na etapa da Educação Infantil, onde a cultura é recebida de modo pré-conceitual, despertada a sensibilidade para os valores e iniciado o processo de sua hierarquização.

Diz Piaget (1969,p.42): “[...] interesses, auto-valorizações, valores individuais espontâneos e valores intuitivos parecem ser as principais cristalizações da vida afetiva, própria a esse nível de desenvolvimento”.

- ❖ Estágio das operações concretas (7-11, 12 anos) – este período corresponde à idade em que a criança frequenta as séries iniciais do Ensino Fundamental e será marcado por grandes aquisições intelectuais. Ela terá um

conhecimento real, correto e adequado de objetos e situações da realidade externa e poderá trabalhar com eles de modo lógico. Assim, aparecerá a atitude crítica.

A segunda e terceira infâncias correspondem, desta forma, a apreensão das idéias, dos juízos e raciocínios.

Piaget (1969, p.56) considera que: “a afetividade entre os sete e os doze anos, caracteriza-se pela aparição de novos sentimentos morais e, sobretudo, por uma organização da vontade, que leva a uma melhor integração do eu e uma regulamentação da vida afetiva”.

❖ Período das operações formais (12 em diante) – o sujeito será capaz de formar esquemas conceituais abstratos e realizar com eles operações mentais que seguem os princípios da lógica formal.

Na adolescência impõem-se a reflexão sobre a hierarquização dos valores, para a educação da vontade e para a ação livre e consciente. Já na juventude aparecerá a dissociação entre o valor e o ser, a apreensão das idéias, da teoria, da sistematização, da lógica e da razão.

Na teoria de Piaget, o desenvolvimento intelectual é considerado como tendo dois componentes: um cognitivo e outro afetivo. Afeto inclui sentimentos, interesses, desejos, tendências, valores e emoções em geral.

Segundo Barry Wadsworth num dos textos compilados de Medeiros (1999,p.20), Piaget escreve: “É impossível encontrar-se um comportamento oriundo apenas da afetividade, sem nenhum elemento cognitivo. É igualmente impossível encontrar um comportamento composto só de elementos cognitivos”.

O aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual. Ele pode acelerar ou diminuir o ritmo do desenvolvimento.

Diz Wadsworth, que Piaget escreve ainda:

[...] embora a questão afetiva cause o comportamento, embora ela acompanhe constantemente o funcionamento da inteligência e embora ela acelere ou freie o ritmo de desenvolvimento, ela, em si mesma, no entanto, não pode gerar estruturas de comportamento e não pode modificar as estruturas em cujo o funcionamento ela intervém.

Para Piaget, o aspecto afetivo não é mais pré determinado como a inteligência propriamente dita. Na sua visão há um notável paralelo entre os aspectos afetivo e cognitivo. Primeiro, o afeto se desenvolve no mesmo sentido que a cognição ou inteligência. Quando examinamos o raciocínio das crianças sobre questões morais,

um aspecto da vida afetiva, percebe-se que os conceitos morais delas são construídos do mesmo modo como os conceitos cognitivos.

Argumenta ainda Piaget que todo comportamento apresenta todos os aspectos: o afetivo e o cognitivo. Não há comportamento afetivo puro, como não há comportamento cognitivo puro. Diz ele: “a razão reúne a inteligência e a afetividade no intelecto”.

Os estudos de Vygotsky sobre o desenvolvimento da inteligência e cognição na criança aproximaram-se relativamente dos desenvolvidos por Piaget, mas diferem neste mesmo aspecto dos apresentados pelo psicólogo americano Jerome Bruner, que insiste em afirmar que os estágios de desenvolvimento embora se apresentem em ordem cronológica, são mantidos pelo adulto durante toda a vida utilizando este ou aquele para pensar na solução de problemas, não tendo como obrigatoriamente superado o estágio anterior ao alcançar o seguinte, isto é, não existem estágios ou períodos estanques.

3.3 A educação da sensibilidade

Na tradição helênica eram duas as espécies de conhecimento: o sensível e o racional. A sensibilidade era considerada não sob o aspecto afetivo, mas sensorial e compreendida como a faculdade de sentir que é mais ampla e profunda que a habilidade de se informar ou de conhecer.

Hoje, sabe-se que é pela sensibilidade que o ser humano vai distinguir e apreender os valores. O sentir apresenta-se como uma real capacidade cognitiva, é com ele que o homem reconhece os valores que podem satisfazer suas carências nas diversas áreas do seu eu.

Há, sem dúvida, a necessidade da educação do sentimento que faz com que a sensibilidade “aprenda” a distinguir no ser o valor mais adequado a realização do homem quanto pessoa.

A sensibilidade começa a ser educada antes da razão. Haja vista a criança reconhecer o agradável, o belo e o bom antes mesmo de formar idéias gerais.

O sentimento, por sua vez, ocorre quando o sujeito se habitua com o valor e lida com ele mais facilmente, por exemplo: alegria, tristeza, prazer e dor são

sensações costumeiras. O sentimento conhece os valores, a vontade conduz para eles e ambos se completam no terreno da livre ação.

Desde a mais tenra idade, a criança é ensinada a distinguir o alimento adequado a sua necessidade orgânica, a roupa própria para cada clima, a acostumar-se a um determinado paladar. É a educação do sentimento que a leva a distinguir a beleza, a bondade, a justiça, a procurar a verdade e a compreender os estados afetivos de outrem.

Elucida a Prof.^a Dr.^a Vera R. Werneck (1996, p.52):

O sentimento será, pois, a experiência que resulta desse encontro: prazer, dor, alegria, tristeza e o processo cognitivo que faz com que essa tendência se revista de determinada tonalidade afetiva: o conhecimento feito com tristeza ou dor é diferente daquele feito com prazer ou alegria.

São os sentimentos que imprimem a qualidade em tudo o que o homem pensa, fala e faz. Valoriza ou deprecia suas manifestações. Não basta saber, é preciso se iluminar. A conquista da plena realização é obra apenas do ser humano, sendo portanto intransferível.

Diante do aqui exposto, conclui-se que a educação é a condutora, a transformadora da sensibilidade e, a emoção representa uma ampliação do sentimento causado pelo brusco encontro com o valor, isto é, de forma inesperada o comportamento resulta de uma motivação emotiva-cognitiva no qual não é possível uma real distinção.

Para que se compreenda melhor este estudo será dada uma breve explicação sobre a formação da palavra “emoção” e de onde provém.

A palavra emoção vêm da junção de *ex* = para fora e *motion* = mover. Ela é resultante de processos mentais e físicos, veementes ou excitados e rápidos, ou seja, que não permanecem por muito tempo. A reação da mente a um evento agradável ou desagradável é a emoção.

As emoções aparecem no ser humano através do sistema natural de evolução do seu psiquismo, aprimorando-se graças a interferência da inteligência.

A inteligência, no geral, é conceituada como uma função mental que permite ao ser humano aprender ou conhecer bem como saber enfrentar situações novas. Logo, ela é cognitiva e adaptativa, isto é, possibilita o conhecimento e adaptação das diversas situações que surgem na vida do indivíduo. Diz-se que aqueles que

têm mais facilidade para o aprendizado e para resolver as questões que aparecem são mais inteligentes do que aqueles que não a possuem.

Hilton Japiassú (1996, p. 144) define inteligência desta forma:

Termo cujo o sentido genérico se aproxima de intelecto, entendimento e razão. Capacidade humana de solucionar problemas através do pensamento abstrato, envolvendo memória, raciocínio, seleção de dados, previsão, analogia, simbolização, etc.

Como se vê, a emoção tem interferência direta e incontestável no processo intelectual.

A Prof.ª Dr.ª Vera R. Werneck (1996, p.8) diz que:

Além dos aspectos físicos, focalizando-se o psíquico como a área específica da Educação, encontram-se basicamente capacidades para sentir, para entender e para querer que devam ser aperfeiçoadas todas elas interagindo e confundindo-se mutuamente.

Parece interessante destacar algumas características da emoção, as quais alguns estudiosos chamam de mente emocional:

- ❖ rapidez – as emoções são mais rápidas do que a razão;
- ❖ lógica racional – as emoções têm sua própria razão. Significa dizer que nem sempre se sabe porque se reage dessa ou daquela maneira. Já disse Pascal: “o coração tem razões que a própria razão desconhece”;
- ❖ certeza – elas se amparam nos paradigmas existentes no interior do indivíduo;
- ❖ respostas físicas – as emoções são traduzidas através de expressões faciais, fluxo sanguíneo, coração acelerado...;
- ❖ escolha – no geral, não são escolhidas, elas acontecem;
- ❖ mente associativa – certos pensamentos disparam emoções;
- ❖ passado no presente – a mente emocional reage no presente como se fosse o passado.

Embora também implique em aquisição de conhecimentos, o objetivo primordial do desenvolvimento da sensibilidade é possibilitar respostas a necessidades anteriores, a anseios profundos de experiência, cuja satisfação produz não só o prazer, mas, sobretudo, consciência da necessidade de amadurecer. Sentir

experiências de toda ordem seja somente abrir ou folhear livros, deleitar-se com formas e cores, ler histórias tristes ou cômicas, livros bons ou maus, bonitos ou feios, entender bem ou não a mensagem – e comentar sobre tudo isso – faz a pessoa sentir-se competente para avaliar o mundo real e imaginário e a si próprio de modo a poder vislumbrar as linhas possíveis do seu futuro. Basta observar o que está a volta usando da e de sensibilidade. Ao experimentar as sensações de ver, ouvir, cheirar, provar e tocar as coisas e seres que compõem a natureza; ao tentar descrever cores, sons, sabores, cheiros e texturas e ao descobrir como são e para que servem as plantas e animais que vivem ao de redor estará sendo feito um útil exercício de percepção da sensibilidade.

Como transmite magistralmente Yvan Gobry (1975, p.21) : “o poeta é o homem dos problemas e o sábio é o homem das soluções”, pois através da razão põe-se o sábio a buscar os caminhos que são indicados pela sensibilidade dos poetas.

Este capítulo será fechado com uma poesia de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa, extraída da obra *Para filosofar* de Cassiano Cordi & outros (1995, p.20) que fala com muita sabedoria sobre a sensibilidade como fonte para conhecimento do mundo.

Sou um guardador de rebanhos .
O rebanho é os meus pensamentos.
E os meus pensamentos são todos sensações.
Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e os pés
E com o nariz e a boca.

Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
É comer um fruto e saber-lhe o sentido.

Por isso quando num dia de calor
Me sinto triste de gozá-lo tanto
E me deito ao comprido da relva
E fecho os olhos quentes,
Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,
Sei a verdade e sou feliz.

4. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste início de século XXI, que ora se vive, a questão ambiental se impõe perante a sociedade. A discussão sobre a relação educação-meio ambiente

contextualiza-se em um cenário de crise nas diferentes dimensões: econômica, política, cultural, social, ética e ambiental, posto que, em todo mundo, a gravidade do problema manifesta-se tanto local quanto globalmente.

O que fazer para minimizar tal crise?

Acredita-se que incorporar a Educação Ambiental ao processo educacional, certamente fará com que aconteçam discussões sobre as questões ambientais e as conseqüentes transformações de conhecimento, valores e atitudes diante desta nova realidade. Não se trata apenas de copiar do quadro negro o que é o buraco na camada de ozônio ou o efeito estufa. Educar, visando levar o aluno a entender os problemas ambientais é, sobretudo, provocar mudanças de comportamento na escola e na vida.

Sabe-se que o convívio escolar, enquanto social, é um fator determinante para a apreensão de valores e atitudes e é esse o grande desafio da Educação.

A finalidade da Educação Ambiental, é, de fato, direcionar todos para a descoberta de uma ética, fortalecida por um sistema de valores, atitudes e comportamentos, destacando entre os primeiros a tolerância, a solidariedade e a responsabilidade. Ela também deveria permitir o progresso na busca de valores mais adequados a um verdadeiro desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável – em razão de sua função primordial que é a de criar a consciência social sobre o problema ecológico.

A gravidade da crise ambiental, que aponta até para a ameaça a vida humana, pelas dimensões dos problemas ambientais em escala planetária, resultou em mobilizações internacionais, objetivando buscar soluções e fazer com que o homem, cidadão do Planeta Terra e integrante do mundo natural, desperte para a realidade de que depende da natureza não só para a sua subsistência, mas também para o seu equilíbrio.

Ciente dessa realidade, a Constituição de 1988 consagrou o princípio de que a Educação Ambiental deve integrar os currículos de todos os níveis de ensino e de que a população deve ser preparada no que diz respeito a preservação do meio ambiente.

Para efeito de estudo, a definição de Educação Ambiental, estabelecida no art. 1º da Lei 9795/99, tornar-se-á o tema de reflexão dessa seção.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Parece ser pouco adequada a expressão usada pelo legislador ao referir-se à construção de valores. Acredita-se que a Educação Ambiental deve preocupar-se em resgatar valores já existentes, mas que foram recalçados ou reprimidos pela tradição dominante do racionalismo cartesiano. Talvez uma das questões primordiais para a edificação do campo epistêmico da Educação Ambiental seja remontarmos ao passado, mas com os olhos no presente, buscando o momento que começa a emergir e afirmar-se aquele conjunto de valores que, já na própria lógica interna de sua elaboração, continha, embrionariamente, as conseqüências desastrosas para o meio ambiente.

Moacir Gadotti (2000, p.37) aprofunda a definição anteriormente exposta ao dizer:

A Educação Ambiental, também chamada de Eco Educação, vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação a qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que se mantém com a natureza e que implica atitudes, valores e ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e pelo ambiente doméstico.

Assim, a Educação Ambiental abrange tanto a dimensão ética quanto a dimensão da pluralidade ambiental e emerge como uma necessidade da demanda proveniente da diversidade biológica, cultural e social.

A palavra ambiental, da expressão Educação Ambiental (EA), apenas adjetiva, qualifica um processo mais amplo, que é o processo educacional. Desta forma, a Educação Ambiental é uma das dimensões presente na Educação.

Constata-se, então, que a Educação que se busca poderá prescindir do adjetivo ambiental, mas, enquanto não se chega a tal estágio de compreensão, ela surge como uma tentativa de transformar a Educação, mesmo que o ser humano não apresente um comportamento provido de uma consciência ambiental que satisfaça às necessidades sociais e econômicas.

Considera-se a Educação Ambiental a saída para que se chegue a uma sustentabilidade eqüitativa através de uma aprendizagem permanente baseada no respeito a todas as formas de vida.

Nos anais da Rio 92, encontra-se o reconhecimento da educação ambiental como um processo para que se efetive o desenvolvimento sustentável, isto porque a escola, como agente de educação, tem o poder de formar o cidadão para um futuro sustentável.

Deve-se estabelecer o que está formulado no inciso II do artigo 4º da Lei 9795/99 que nos diz:

Art. 4º: São princípios básicos da educação ambiental:

I – [...]

II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

A concepção descrita no espírito da lei deverá se efetivar, também, através da educação não-formal, expressa em ações e práticas voltadas para a sensibilização da coletividade quanto a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Faz-se necessário que todos tenham a compreensão de como o mundo funciona, quais são os seus riscos e como será possível superá-los.

O que se sugere é uma proposta para que a Educação Ambiental dedique-se a construção e ao exercício da cidadania a partir de uma vivência plena, passando pela formação da consciência e do sentimento de pertencimento a vida planetária.

Uma Educação Ambiental crítica aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem-natureza, na relação do homem com sua própria subjetividade, num processo de construção coletiva de uma ética, uma nova cultura e novos conhecimentos. Processos estes assumidos por sujeitos individuais e coletivos, que desvelam a necessidade da construção de um novo paradigma, um novo modelo de relacionamento com a natureza e de intervenção na história.

Assim, a Educação Ambiental surge como um importante instrumento de mudanças, pois corresponde a um processo educativo permanente, dinâmico, criativo e interativo. Com enfoque interdisciplinar, permite ao seres humanos conhecer as leis que rege a natureza, compreender as relações e interações

existentes entre eles, os seres vivos e o ambiente, reconhecer os problemas ambientais locais e globais, e valorizar os aspectos sociais, históricos, éticos e culturais do ambiente onde estão inseridos, promovendo, assim, a aquisição de habilidades e competências para solucionar os seus problemas e construir uma consciência ambiental, pautada na mudança de atitudes e comportamento, na solidariedade, no exercício da cidadania e na paz.

A situação ideal seria que todas as pessoas, instituições e a sociedade, em geral, pudessem ter consciência disso e atuassem de forma imediata e espontânea em benefício de uma economia estável, de uma sociedade justa e de um meio ambiente sustentável. Mas, Por inúmeros motivos a maioria das pessoas ainda não está disponível e preparada para esse tipo de atitude.

A questão não passa simplesmente pelo desenvolvimento econômico e tecnológico para se atingir um novo modelo, como nos querem levar a acreditar, mas, principalmente, pelas relações de poder que se apropriam dos benefícios desse desenvolvimento, gerador de miséria social e ambiental de um lado e de opulência consumista de outro. Não é uma questão da primazia da economia, mas, sim, da primazia da vida.

4.1 A situação atual da questão ambiental

Esta parte do estudo objetiva localizar, tempo-espacialmente, a questão ambiental no Brasil bem como no globalizado cenário mundial. Assim sendo, é essencial que se aborde o tema sobre a luz da formação nacional brasileira, fazendo um pequeno estudo da história da Educação Ambiental desde a época do “descobrimento” até os dias atuais. Tomar-se-á como ponto de partida os primeiros habitantes do solo brasileiro; os índios.

Os indígenas viviam migrando à cata nichos ecológicos a que mais se adaptassem, segundo as suas necessidades fundamentais. Mantinham uma relação de respeito a terra e, por conseguinte, a natureza de um modo geral.

O poderio português teve por fonte a Revolução Mercantil, fundada especialmente na nova tecnologia náutica e concentrada na nova oceânica com

suas velas de alto mar, seu leme fixo, sua bússola, seu astrolábio e, sobretudo, seus canhões de guerra como da tão cantada Escola de Sagres.

O enxame de invasores em solo brasileiro era a presença avançada de uma vasta e antiga civilização urbana e classista. Seu centro de decisões estava nas lonjuras de Lisboa, estando sua corte dotada de muitos serviços, principalmente do poderoso Conselho Ultramarino, que tudo previa, planificava e ordenava.

A história da degradação ambiental desta terra teve seu início logo após a chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, mais precisamente em 2 de maio de 1500, quando Gaspar de Lemos, de volta a Portugal, leva a carta de Pero Vaz de Caminha na qual relatava a D. Manuel I, rei de Portugal, a exuberância da “nova terra”.

Inaugurando o contrabando dos nossos recursos naturais, são levados exemplares de nossa flora, mais precisamente toras de pau-brasil, e da nossa fauna, especialmente os papagaios.

O princípio que deveria reger a colonização estava marcado pelas relações políticas onde Portugal (metrópole) era o centro das decisões e o Brasil (colônia) o elemento subordinado. Caberiam ao Brasil as atividades que contribuíssem para a dinamização da vida econômica da metrópole, passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, estabelecendo-se, assim, uma relação de dominação e subordinação entre Portugal e Brasil pela via do poder econômico.

Com a chegada do colonizador, veio a visão exploratória, característica do início da civilização brasileira, o que denota a ausência de qualquer preocupação preservacionista. Muito pelo contrário. É visível o caráter de predação, movido principalmente pela devastação de nossas matas com a extração de pau-brasil e outras espécies madeireiras.

Fernão de Noronha em 1503 inicia a comercialização do pau-brasil, em princípio monopólio da coroa portuguesa. Hoje dos 200 mil quilômetros da Mata Atlântica, restam 7% que continuam ameaçados. Vale registrar que, em 1920, o pau-brasil já era considerado extinto.

A Mata Atlântica, considerada hoje como *Patrimônio Mundial Natural e Reserva da Biosfera*, é uma recordista em biodiversidade no planeta: no Sul da Bahia, por exemplo, em um único hectare existem 450 espécies de plantas. Seus variados recursos hidrográficos beneficiam com água potável 40 milhões de brasileiros.

Para os colonizadores portugueses, o século XVIII foi marcado pela descoberta do ouro nas terras brasileiras. Inicia-se assim, um novo período de relações entre os seres humanos e a natureza. Agora, o impacto é a exploração de nossas fontes minerais, a mineração. O centro econômico era Minas Gerais, de onde vinha as fontes de ouro. A serra da Mantiqueira foi cortada e ocupada por homens ávidos de metal.

O extrativismo mineral tornou a sociedade brasileira, na época, mais complexa, com novos grupos sociais e funções diferentes das ocupadas por senhores e escravos. Muitas cidades estavam instaladas o que favorecia o desenvolvimento de atividades comerciais, de artesanato e de prestação de serviço. A sociedade começava a se organizar em camadas.

Em meados do século XVIII, o ouro atinge o seu ponto máximo com 290 toneladas extraídas. Mas, já no final deste mesmo século, as jazidas se esgotaram. A riqueza do ouro durou pouco! Este é um bom exemplo da exploração predatória dos recursos naturais que marcou a civilização brasileira. Somente com o advento do século XIX é que novos e importantes fatos, tais como a vinda da família real para o Brasil acarretaram, no futuro, mudanças de real significado.

Com o desenvolvimento das guerras napoleônicas na Europa, D. João VI, então príncipe regente de Portugal, preocupado com a invasão das tropas francesas, deixa o país e instala no Rio de Janeiro a sede do governo português. Aqui chegando, juntamente com a Corte Portuguesa em 1808 abriu uma fábrica de pólvora com o objetivo de garantir o seu fornecimento a todo império português e a segurança da nova sede do governo. A fábrica é fundada a partir da desapropriação do engenho de cana-de-açúcar Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.

Encantado com a beleza do local, D. João VI cria em 13 de junho de 1808, nos arredores da fábrica, um “Jardim de Aclimação” para introdução de plantas alimentícias e exóticas de grande valor e interesse na Europa. Estas vinham do Oriente, onde era comum o comércio de especiarias. Posteriormente o local viria a ser denominado Real Horto, depois Real Jardim Botânico e finalmente Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Foi da família real há 140 anos, o primeiro ato de consciência ambiental no Brasil. Um marco na cultura senhor-servo, dominador-natureza.

A esse tempo, a economia brasileira é fortemente marcada pela lavoura cafeeira desenvolvida em especial na região Sudeste.

O ponto de partida da expansão cafeeira foi a cidade do Rio de Janeiro, mas especificamente na Floresta da Tijuca onde cresceram os primeiros cafezais.

Os maciços cariocas sofreram com a cultura do café que ocupou suas encostas, acabou com as florestas e esgotou o solo. Por esse motivo, também a água, que já era escassa, diminuiu ainda mais. Preocupado com a grave situação, o governo desapropriou as terras das encostas da Floresta da Tijuca e deu início a um grande reflorestamento coordenado pelo Major Acher, ajudado por seis escravos. Foram plantadas cerca de 80.000 mudas, oriundas do Jardim Botânico e de propriedades das redondezas. Atualmente, esta floresta replantada encontra-se dentro do Parque Nacional da Tijuca e é considerada a maior floresta urbana do mundo.

Surge, então, a idéia de criar áreas de conservação, ou seja, espaços de rica diversidade natural e legalmente protegidos. A finalidade é manter a beleza natural intacta. Com o tempo percebeu-se que não apenas as belas paisagens mereciam ser conservadas, mas também aquelas que exercem funções fundamentais no equilíbrio ecológico do planeta.

Até o século XIX a preocupação com o ambiente restringia-se a um pequeno número de estudiosos e apreciadores da natureza – espiritualistas, naturalistas e outros. Percebendo que as inter-relações entre as várias áreas do conhecimento eram pouco abordadas e a noção de totalidade ficava circunscrita a análises filosóficas, o biólogo Ernest Haeckel, em 1866, propôs o vocábulo “ecologia” para o estudo das relações entre as espécies e destas com o meio ambiente.

Com o passar dos séculos continua a devastação das matas brasileiras. Além do assoreamento dos rios e reservas graças à exploração desordenada de nossas jazidas minerais, o processo agrícola desertificou terras que se tornaram até hoje improdutivas.

Chega-se ao século XX embalado pelo crescimento industrial fomentado pelas grandes guerras, mas sem a preocupação com a natureza, só com o “lucro” e o “progresso”.

Voltado cada vez mais para a busca de materiais e pelo autoconsumo, surge nos Estados Unidos o ambientalismo, mesmo que sem muita expressão.

Nos anos 60, o mundo fervilha. A escala de valores até então considerada como estabelecida é posta em contestação. Vivia-se de acordo com diferentes valores, expressados por rituais e estilos de vida. Contudo, há de se esclarecer que

não se desenvolveu nenhum sistema alternativo abrangente, quer de valores, quer de ideais.

Tal revolução é prometida pela juventude através de uma contestação fundamentada na ordem social existente, pela vivência e corporificação das idéias. Mesmo assim, esse período de movimentos ruidosos e de protestos foi considerado como a época da flor, da paz e do amor, símbolos da “*contracultura*” do movimento *hippie* que dominava as cabeças intelectuais da nova geração.

Os *hippies* se opunham a traços culturais considerados pouco atraentes. Usavam cabelos longos, roupas coloridas e individualistas, flores, contos e outras jóias. Viviam de forma natural. Insatisfeitos com a Educação que visava tão somente preparar os jovens para uma sociedade que eles haviam rejeitado, muitos abandonaram o sistema educacional por completo. Tinham seus próprios rituais, sua música, sua poesia, sua literatura, um fascínio comum pela espiritualidade e pelo ocultismo e uma visão de uma sociedade cheia de beleza e paz, partilhada por todos.

Multiplicavam-se as contestações. O movimento norte-americano pelos direitos civis exigiu que os cidadãos negros fossem incluídos no processo político; o *Movimento pela Livre Expressão*, em Berkeley, e os movimentos estudantis em várias outras universidades dos Estados Unidos e da Europa exigiram o mesmo para os estudantes; os cidadãos tchecos, durante a *Primavera de Praga*, contestaram a autoridade do regime soviético; o movimento feminista começou a contestar a autoridade patriarcal; também eclodiram os movimentos na área ambiental, a começar pela vivência da beleza sensual e do espírito comunitário e naturalista.

Rachel Carson, jornalista, lança em 1962 o livro *Silent Spring*, (*Primavera Silenciosa*), que viria se tornar um clássico na história do movimento ambientalista. Suas quarenta e quatro edições sucessivas desencadeiam uma grande inquietação internacional sobre a perda da qualidade de vida.

As experiências de Educação Ambiental, neste período, herdeiras das denúncias apaixonadas em favor da conservação da natureza e contra a sua devastação pelo homem, priorizam a sensibilização, buscando tocar os corações para a importância de se defendê-la.

O enfoque dominante na Educação Ambiental, portanto, foi o “naturalista”, com a inserção de tópicos ambientais no ensino de Ciências e, em alguns casos, buscando-se uma integração com a Geografia e a Educação Artística.

Para reforçar tal vertente contou-se ainda, com a forte inserção da psicologia consolidando na Educação Ambiental, uma concepção de que o mais importante é promover a sensibilização das pessoas para os estímulos ambientais. Acreditava-se que elas estavam distanciadas da natureza e a primeira tarefa da Educação Ambiental era restabelecer essa ligação, tendo sido desenvolvidas, para tanto, uma série de técnicas nesse sentido.

Se por um lado essa ligação homem-natureza apresenta fortes influências do debate internacional, por outro apresenta também justificativas e conveniências na história política do país. O Brasil encontrava-se sob um governo militar que restringia o debate político e as ações coletivas. A temática social não fazia parte da pauta educacional e cultural, muito menos da ambiental. De certa forma o ambientalismo representava um obstáculo à consolidação da nova “ideologia nacional”: a busca desenfreada do desenvolvimento econômico.

Assim, durante este período de nossa história, a Educação Ambiental só pôde se desenvolver sob os marcos do naturalismo, desprovido de um debate político que articularia as questões ambientais às socioeconômicas. Mesmo assim era pouco incentivada.

Em 1965, Albert Schweitzer torna popular a ética ambiental e é agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. O movimento em reverência por tudo o que é vivo difundiu-se por todo o mundo.

Em março do mesmo ano, a expressão *environmental education*, Educação ambiental, é ouvida pela primeira vez na Grã-Bretanha. Nesta mesma ocasião determina-se que a Educação Ambiental deve-se tornar parte essencial da educação de todos os cidadãos, deixando de ser vista essencialmente como conservação ou ecologia aplicada. O veículo para sua aplicabilidade seria a Biologia.

Em abril de 1968, um grupo de 30 especialistas em várias áreas – economistas, industriais, pedagogos, humanistas etc.- liderados pelo industrial Arrilio Peccei, passam a se reunir em Roma para discutir a crise atual e futura da humanidade. Assim se forma o clube de Roma.

Na década de 70, a poluição e o alerta contra o esgotamento dos recursos naturais começam a trazer preocupações aos governantes.

Em 1972, este clube publica o relatório *The limits of growth* (Os limites do crescimento). O documento denuncia a busca incessante do crescimento da

sociedade a qualquer preço e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa sem levar em conta o custo final deste crescimento.

Os modelos demonstram que o crescente consumo geral levaria a humanidade a um possível colapso apesar de os políticos rejeitarem as observações, o livro atinge parcialmente o seu objetivo, que é o de levar a humanidade a ser mais prudente em relação aos seus estilos de desenvolvimento.

De 15 a 16 de junho na Suécia, representantes de 113 países participam da Conferência de Estocolmo/ Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, atendendo a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns que serviriam de inspiração e orientação para a humanidade, para preservação e melhoria do Ambiente Humano. Oferece orientação aos governos, estabelece o plano de Ação Mundial, e, particularmente, recomenda que seja estabelecido um programa internacional de Educação Ambiental, visando educar o cidadão comum, para que este maneje e controle o seu ambiente.

A Conferência reconhece o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental do mundo.

Considerada como um marco histórico e político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento do ambiente, a Conferência de Estocolmo, além de chamar a atenção do mundo para os problemas ambientais, também gera controvérsias. Os representantes dos países em desenvolvimento acusam os países industrializados de querer limitar seus programas de desenvolvimento industrial, usando a desculpa da poluição como meio de inibir a capacidade de competição dos países pobres.

Para espanto do mundo, representantes do Brasil pedem poluição, dizendo que o país não se importaria de pagar o preço da degradação ambiental desde que o resultado fosse o aumento do PIB (Produto Interno Bruto).

É um escândalo internacional. Os negociadores políticos, representantes do Brasil, colocam o país na contramão da história. Quando a preocupação da degradação ambiental é o motivo da Conferência, o Brasil externa a abertura de suas portas à poluição, estimulando a vinda de multinacionais, submetendo-se a um estilo de desenvolvimento predatório e gerador de mazelas sócioambientais.

As conseqüências da Conferência de Estocolmo chegariam ao Brasil acompanhadas das pressões do Banco Mundial e de instituições ambientalistas que já atuavam no país. Em 1973, a Presidência da República criaria no âmbito do

Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiental – SEMA – primeiro organismo brasileiro de ação nacional, orientado para a gestão integrada do ambiente. Em termos de Educação Ambiental, a sua ação foi extremamente limitada pelos interesses políticos da época.

Em resposta às recomendações da Conferência das Nações Unidas, a UNESCO promove em Belgrado e Iugoslávia um encontro internacional em Educação Ambiental que formula os princípios e orientações para um programa internacional: contínuo, multidisciplinar, integrado às diferenças regionais e voltado para os interesses nacionais.

Em 1977, a Secretaria Especial do Meio ambiente (SEMA) constitui um grupo de trabalho para a elaboração de um documento sobre Educação Ambiental, com o objetivo de definir seu papel no contexto da realidade socioeconômico – educacional brasileira.

No âmbito dos setores competentes da educação no Brasil, não se vislumbrava, até então, a mais remota possibilidade de ações de apoio a Educação Ambiental, quer pelo desinteresse que o tema despertava entre os políticos dominantes, quer pela ausência de uma política educacional definida para o país, como o reflexo do próprio momento que atravessava.

Ainda em 1977, no período de 14 a 26 de outubro, em Tbilisi (CEI, Geórgia), realiza-se a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO em colaboração como Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A Conferência de Tbilisi – como ficou consagrada – é o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental. É considerado em nossos dias como evento decisivo para os rumos da Educação Ambiental em todo o mundo.

Assim, a Educação Ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância, da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo, e as atitudes para proteger e melhorar a qualidade ambiental como forma de elevação da sua qualidade de vida.

Vivia-se, então, a época do chamado *Milagre Econômico* brasileiro, o que significava a libertação do jugo de país colonizado de terceiro mundo, ilusão promovida pela mídia e pelo *Imperialismo Americano do Norte*.

A problemática ambiental surge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloqüente da crise de racionalidade econômica. Os países do terceiro mundo viram-se atravancados na crise da dívida, caindo em graves processos de inflação e recessão. A recuperação econômica surgiu então como uma prioridade e razão de força maior das políticas governamentais. Neste processo foram configurados os programas neoliberais de diversos países, ao mesmo tempo que avançavam e se complexificavam os problemas ambientais do orbe.

A década de 80 traz mudanças no cenário sociopolítico do país com o início do processo de redemocratização, que introduz termos como “abertura política” e “transição democrática” em seu vocabulário.

Na década de 80, o termo “Educação Ambiental” popularizou-se definitivamente.

Em 31 de agosto de 1981, o então Presidente da República João Figueiredo, sanciona a Lei n^o 6938, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a despeito de estar-se em plena ditadura militar. Constitui-se esta Lei em importante instrumento de amadurecimento e consolidação da política ambiental no país.

A partir dos esforços para o desenvolvimento da Educação Ambiental, os órgãos oficiais seriam impulsionados e os boicotes passariam a ser mais notáveis.

Na tentativa de reverter o quadro de degradação ambiental, com enfoque no desenvolvimento sustentável, ambientalistas e as organizações não-governamentais (Ongs) vêm reivindicando a criação das Unidades de Conservação de Uso Direto ou Sustentável como as APAS (Áreas de Proteção Ambiental).

As APAS são instituídas em extensas áreas de domínio privado e não exigem a desapropriação de terra.

A APA Petrópolis, criada pelo decreto n^o 87561, em 13 de setembro de 1982, foi a primeira Área de Proteção Ambiental delimitada no país. Esse decreto visava a proteção da bacia do rio Paraíba do Sul, abrangendo áreas urbanas, periurbanas e rurais dos municípios de Petrópolis, Magé, Duque de Caxias e Guapimirim, num total de cerca de 59.872 ha.

Em 11 de março de 1987, o Conselho Federal de Educação aprova a inclusão de Educação Ambiental a ser explorada nas propostas curriculares das escolas de 1^o e 2^o graus.

Transcorridos 10 anos, desde a Conferência de Tbilisi, o que no Brasil havia de produção de Educação Ambiental devia-se, em sua maior parte, à atuação dos órgãos ambientais e à iniciativa de alguns centros acadêmicos.

Em abril de 1987, dá-se a divulgação do Our Common Future (Nosso Futuro Comum), relatório da Comissão Mundial ou Comissão Brundtland sobre o meio ambiente e desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega.

Essa Comissão é criada pela ONU como organismo independente (1983), com o objetivo de reexaminar os principais problemas do ambiente e do desenvolvimento, em âmbito planetário, de formular propostas realistas para solucioná-los e de assegurar que o progresso humano seja sustentável, através do desenvolvimento, sem comprometer os recursos naturais para as futuras gerações.

O relatório trata de preocupações, desafios e esforços comuns como: busca do desenvolvimento sustentável, o papel da economia internacional, população, segurança alimentar, energia, indústria, desafio urbano e mudança institucional.

Durante a formação da “Comissão de Brudtland” surgiu um movimento internacional que incluiu a estética na Educação Ambiental, denominado Carta da Terra (CT). Segundo ele, nem só de técnica e racionalidade sobrevive o pensamento.

Os anos 80 para o Brasil singularizaram os efeitos da crise de ajustamento de capital, aguçados pela dívida externa, sendo necessário atender às exigências do Banco Mundial, entre as quais estava incluída a reforma global do estado, das suas relações com a sociedade e a economia. Foi também neste contexto que ocorreu a transição para a democracia, que demandou o arcabouço jurídico e culminou com a Constituição de 88.

A sociedade civil, através dos movimentos sociais diferenciados, procurou sinalizar mudanças, organizando-se para defender princípios e diretrizes que se relacionavam com as políticas sociais públicas.

O debate em torno das questões ambientais avança no cenário nacional e a nova Carta Magna guarda marca desse fortalecimento, mencionando explicitamente a importância do meio ambiente para a nação.

A década de 80 presenciou, também, os grandes debates em torno das estratégias para ampliar e consolidar os espaços institucionais em favor da Educação Ambiental: inserir ou não a Educação Ambiental como disciplina singular

dentro do currículo escolar de Ensino Fundamental? Algumas experiências neste sentido foram vividas em diferentes pontos do país.

Apesar dessas experiências, as discussões do então Conselho Federal de Educação apontavam para a necessidade de enfatizar o caráter indisciplinar da temática ambiental, não sendo muito favoráveis a criação da Educação Ambiental como disciplina específica.

É importante assinalar que a ampliação do espaço de debate sobre as questões ambientais não se deu por força dos movimentos ambientalistas nacional e internacional. O próprio momento político é fundamental para isso, pois a retomada em larga escala dos movimentos coletivos pela democratização do país favorece a expansão e a consolidação da Educação Ambiental e sua inserção na Agência Nacional de Debates. A sociedade civil se organiza, associações comunitárias e grupos de defesa de interesses temáticos proliferam, dando ao ambientalismo novos contornos, inclusive popularizando-o.

No período de 3 a 14 de junho de 1992, realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre o meio ambiente e desenvolvimento com a participação de 170 países.

A Conferência Rio 92, como ficou conhecida, teve como objetivos:

- a. examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo;
- b. identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais;
- c. recomendar medidas a serem tomadas, nacional e internacionalmente, referentes a proteção ambiental através de política de desenvolvimento sustentado;
- d. promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional;
- e. examinar estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e da eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento entre outros.

Nessa Conferência, reconhece-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. O desenvolvimento sustentável é visto como um novo modelo a ser buscado. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação ambiental como processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento.

Outro resultado que merece destaque foi a ISO 14.000 e 14.001 que visam o mercado com a obrigatoriedade de busca e uso de tecnologias limpas.

A Rio 92 corrobora as premissas de Tbilisi e através da Agenda 21, define as áreas de programas para a Educação Ambiental, reorientando a educação para o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 é o programa elaborado na Rio-92 para este século. Tem 40 capítulos e mais 2500 recomendações para governos, agências de fomento e empresas. Cobre cada área do desenvolvimento sustentável, do combate à pobreza à proteção da vida selvagem, passando por planejamento urbano, saneamento básico e produção agrícola.

É o principal documento elaborado durante a Rio-92 e a proposta mais consciente que existe para se alcançar o desenvolvimento sustentável, pois faz um planejamento do futuro com ações de curto a médio e longo prazos. Trata-se de um roteiro de ações concretas, com metas, recursos e responsabilidades definidas, devendo ser um plano obtido através de consenso.

Serve para a implantação do desenvolvimento sustentável nas cidades e comunidades dando à população a possibilidade de participar do planejamento dos serviços básicos que afetam seu dia-a-dia e influenciar na determinação das prioridades através de iniciativas comunitárias, visto que quem faz a Agenda 21 é o governo e a comunidade em parceria.

O jornal O Globo, em sua edição de 17 de novembro de 2002, veicula a seguinte matéria: Santa Teresa larga na frente com sua Agenda 21.

Diz o texto que o bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, é o primeiro do Estado a concluir estudos que servirão de base para ações de desenvolvimento sustentável. O documento é fruto de um ano de reuniões, fóruns e pesquisas em toda a comunidade e traz em seu bojo propostas de meio ambiente, saúde, cultura e lazer, segurança/violência, infra-estrutura, patrimônio arquitetônico e urbanístico, transporte, emprego e capital social.

Quem não fizer a sua Agenda 21 vai perder o “bonde do desenvolvimento”, segundo os defensores dos programas de sustentabilidade.

A conferência Rio 92 é conhecida atualmente como o encontro internacional mais importante para o meio ambiente desde que o ser humano se organizou em sociedade.

Além da conferência oficial, patrocinada pela ONU, ocorreu paralelamente o Fórum Global 92, promovido por entidades da sociedade civil. Participaram do Fórum mais de 10.000 representantes de Ongs das mais variadas áreas de atuação

de todo o mundo. Nesse Fórum, foi aprovada uma Declaração do Rio, também chamada Carta da Terra.

A Carta da Terra constitui-se numa declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e desenvolvimento tendo como eixo estruturante a ética do cuidado. Contém 27 princípios com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global através da criação de novos níveis de cooperação entre os estados, setores importantes da sociedade e do povo.

Em 1996, o Ministério da Educação e Desportos promoveu a revisão do currículo escolar, incluindo nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Fundamental o meio ambiente como tema a ser abordado de forma transversal. Assim, o debate sobre a disciplinarização da Educação Ambiental chega ao fim consolidando a posição do Conselho Federal de Educação de 1987 de não constituir a Educação Ambiental como disciplina específica, mas de tê-la feito adquirir em sua formulação final o caráter de tema transversal.

Mas o que é afinal tema transversal?

É um grupo de questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões. A problemática dos temas transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento.

A Rio +5, um novo fórum de organizações governamentais e não-governamentais, reunido no Rio de Janeiro, em março de 1997, avaliou os resultados práticos obtidos com os tratados assinados em 1992. Os participantes concluíram que os resultados obtidos com a Agenda 21, cinco anos depois, eram ainda muito pequenos e que seria necessário passar para ações mais práticas, para além das grandes proclamações de princípios. Foi aprovada, então, uma nova redação da Carta da Terra.

A Educação Ambiental do Brasil, após anos de luta dos ambientalistas, começou a ter um certo reconhecimento nacional com a promulgação da Lei nº 9795, em 27 de abril de 1999, instituindo a política nacional de Educação Ambiental.

De 29 de novembro a 2 de dezembro de 1999, realiza-se em João Pessoa, Paraíba, o Simpósio Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável nas Regiões Semi-áridas. No Nordeste, a desertificação já se manifesta em mais de 55% de seu território. O Rio Grande do Norte tem 80% do seu território afetado pelo

processo da desertificação; Pernambuco, 75%; Paraíba, 70%; Ceará, 50%; e Sergipe, 31%.

A desertificação ocorre quando o solo perde a sua capacidade produtiva e não alimenta mais a vegetação natural.

A exploração desordenada e indevida da terra, as queimadas e a extração de minérios são as principais causas da desertificação, que começa a se expandir por oito dos nove estados do Nordeste.

Diagnóstico do Ministério do meio ambiente indica que as perdas econômicas com a desertificação no Brasil chegam a 800 milhões de dólares anuais. Os custos de recuperação das áreas mais afetadas alcançaram 2 bilhões de dólares para um período de vinte anos. É o preço da colonização!

Em março de 2000, economistas brasileiros anunciam, a partir de dados do Banco Central, que o Brasil terá de destinar este ano, quase tudo que arrecada com exportações para o pagamento da dívida externa, ou seja, 50 bilhões de dólares. Revela-se, então, o mais poderoso instrumento de exploração e concentração de renda das nações ricas e indigência das nações pobres e em tentativa de desenvolvimento.

A degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço de desigualdades e da pobreza são sinais eloqüentes da crise do mundo civilizado e se manifestam como sintomas de uma crise de civilização marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza.

Na verdade, o sistema financeiro internacional havia devorado as perspectivas de desenvolvimento das nações endividadas e promovera um distanciamento cruel entre as classes sociais. Desta forma, foram estabelecidos ambientes socialmente insustentáveis, com uma contínua e crescente perda de estabilidade política e de qualidade de vida. Até então, estas constatações não estavam levando preocupações consistentes sobre as conseqüências de ações locais para a biosfera, como um todo, em grande parte das sociedades mais ricas. A ameaça dos sistemas que asseguravam a vida no planeta não extrapolava do grito dos ecologistas para o cotidiano das pessoas, instaladas em suas casas confortáveis, bem equipadas e com farto sortimento de alimentos, sempre renováveis, à disposição.

Para efeito de exemplificação, vale ressaltar o papel que desempenha a mídia mundial, americanizada, que projeta a sua cultura para o mundo todo e desperta nas

pessoas o desejo de “ter” algo e “ser” assim, sem que as condições econômicas, sociais, políticas, culturais e até ecológicas permitam.

Reúnem-se aí, os elementos para a formação de estados de insatisfação, frustração, estresse e violência que orientam a conduta das pessoas.

Nesse contexto social, acontece em Joahannesburgo, na África do Sul, a conferência denominada Rio +10.

A Conferência da ONU, em 2002, teve como tema fundamental de discussão os programas contra a pobreza e a desigualdade social.

Todos os ambientalistas tinham a expectativa de que seria uma oportunidade ímpar para avaliar e consolidar os avanços, reorganizar o trabalho e estabelecer novas oportunidades para a população pobre da Terra, além de ser um momento de pensar dos novos direcionamentos da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A busca de soluções para o combate à fome, como o aumento de produção e a possibilidade de melhorar a qualidade de vida sem esgotar os recursos naturais, foi um objetivo não alcançado, pois evidenciou-se a falta de vontade dos países ricos de investir, em programas de vulto, nos países em desenvolvimento.

O pior embate envolveu o alto padrão das nações ricas, em particular, o gasto de água e energia.

Diante deste cenário desfavorável, as organizações da sociedade civil adotaram uma estratégia de tentar garantir a manutenção dos acordos já estabelecidos, pressionando, quando possível, para que fossem adotadas metas claras para temas como energia, recursos hídricos e saneamento, além de evitar que os acordos internacionais fossem considerados como barreiras ao comércio internacional.

A Rio+10 foi um grande fracasso, porque ficou muito longe de estabelecer metas concretas para o combate à pobreza e à degradação ambiental.

As únicas conclusões a que se chegou de forma precisa foram as de que, nos próximos 50 anos, o número de habitantes do planeta saltará dos atuais cinco bilhões (época do evento) para 9,8 bilhões, deixando esquecida a necessidade premente de crescimento demográfico zero, além de constatarem que para atender às necessidades da população, à mesma época e segundo a ótica do consumismo, serão necessários dois planetas Terra.

Em janeiro de 2003 acontece o terceiro Fórum Social Mundial no Rio Grande do Sul, trazendo novamente a questão social tão premente a foco. As grandes potências não comparecem, pois participavam de outro fórum na Suíça onde defendiam seus interesses de senhores do poder e donos do mundo. O Fórum hoje é um espaço aberto, plural e democrático. Constitui uma referência obrigatória, seja no sentido de questionar o pensamento único e o modelo neoliberal vigente, seja como uma nova via para o debate em torno da construção de caminhos alternativos.

No dia 24 de março de 2003, a Coordenação Geral do Meio Ambiente do Ministério da Educação (MEC) foi extinta sem qualquer indicação sobre o destino da área. Entretanto, de acordo com a política nacional de Educação Ambiental e também com a Constituição Federal, a Educação Ambiental é uma obrigação nacional e deve ser aplicada em todos os níveis e modalidades de ensino. O MEC e o Ministério do Meio Ambiente são os responsáveis pela execução dessa determinação legal.

Assim que a extinção da coordenadoria foi anunciada várias entidades solicitaram uma explicação, pedindo o restabelecimento do departamento e suas atividades. Em apenas alguns dias o MEC foi sensibilizado e o Ministro da Educação, Cristóvão Buarque, voltou atrás de sua decisão. Em nota oficial, Buarque anunciou que “em nenhum momento o MEC pretendeu tirar a importância do meio ambiente do processo educacional”.

Em janeiro de 2004 acontece em Bombaim, na Índia, o quarto Fórum Social Mundial, tendo como reivindicações um boicote a economia americana e as questões relacionadas ao trabalho, ao meio ambiente, à infância, ao racismo e à mulher, dentre outros. Os principais temas debatidos durante o encontro relacionaram-se as práticas comerciais injustas e a dívida externa dos países pobres.

Em 21 de janeiro de 2004, aconteceu uma vez mais, em Devos, na Suíça, um fórum paralelo, o Fórum Econômico Mundial, sob forma esquema de segurança devido ao medo de atentados terroristas.

Ainda em janeiro do mesmo ano, também realizou-se no Brasil, o Encontro Internacional pelas Águas, reunindo representantes de todos os continentes. Este evento foi patrocinado pela WWF, sociedade internacional de defesa e preservação do meio ambiente, que veio somar-se ao tema da campanha da fraternidade de 2004.

Hoje, mais do que uma realidade, a Educação Ambiental tornou-se uma grande necessidade, pois, extrapola a questão moral, atingindo interesses econômicos principalmente nos países em desenvolvimento.

4.2 A formação do profissional de Educação Ambiental

O poder econômico relaciona-se à posse de certos bens, necessários ou percebidos através do trabalho. Na posse dos meios de produção, reside uma fonte de poder por parte dos que possuem contra os que não possuem. O poder ideológico se vale da posse de certas formas de saber, conhecimentos, informações e códigos de conduta para influir sobre o comportamento alheio, interferindo na realização ou não da ação. Daí a importância social dos que sabem, pois, através da difusão de seus conhecimentos ou valores, podem realizar o processo de socialização necessário à sociedade. Já o poder político tem como meio específico a força, cuja posse distingue, em toda sociedade, o grupo dominante.

Analisando-se a atual conjuntura, observa-se que as ditas classes dominantes querem da educação e dos educadores a aplicação de teorias cada vez mais padronizadas, voltada para a eficiência, o gerenciamento e o controle de formas limitadas do conhecimento. Inexiste, de fato, o investimento no desenvolvimento das potencialidades do ser humano enquanto membro da sociedade.

Assim sendo, faz-se necessário entender que o modo de produção que domina a nossa economia e as relações sociais que ela gera têm a sua lógica, mas esta cria contradições que só poderão ser resolvidas com novas políticas, pois, até aqui, as reformas têm definido apenas em função das necessidades de reprodução das forças de trabalho, partindo das prerrogativas do contexto neoliberal, sempre de cima para baixo e desconhecendo os reais necessidades do povo.

Imerso neste meio está o professor como ser social, dono do saber e do saber-fazer, recebendo todas as influências que nortearão o seu agir e, ao mesmo tempo, como dominador, provocando outro a quem denominar-se-á educando, quer seja no relacionamento formal ou no informal.

A essa altura nos inquiriria Álvaro Vieira Pinto, (PINTO, 1984), citando Marx: “Quem educa o educador?” e completariamos: Quem educa o educador nessa realidade caótica em que se vive?

A resposta continua a ser a que mostra a sociedade como educadora do educador, pois é ela quem dita os limites do papel do professor e como ele deve executá-lo.

Merece destaque a seguinte citação do Prof. Dr. Vicente Madeira:

As condições sociais da educação são aqueles mecanismos, processos e instrumentos estruturais da própria formação social que condicionam e/ou determinam, geneticamente, a criação e a produção das condições educacionais da sociedade.(MADEIRA, 1980)

Se a sociedade é o verdadeiro educador do educador, sua ação se exerce, no momento histórico, no momento que este passa pelo processo de desenvolvimento, por isso a referência ao caos.

Em suma, a qualidade técnica e profissional do educador está sempre submetida ao controle social pelos dispositivos legais que lhe atribuem este grau, assegurando-lhe o exercício da docência e lhe propiciando meio constante de aperfeiçoamento. Este é o aspecto externo. O aspecto interno do profissional de educação é exercida pela própria consciência do educador e ela é quem deverá forjar o cidadão participante, capaz de defender os seus interesses e expressar o clamor do povo.

A Educação está inserida em um contexto social, político e econômico, por isso o professor, para desempenhar seu múltiplo papel, não pode estar alienado dos acontecimentos do seu tempo. Daí a importância da formação ética e política no processo de conscientização das novas gerações, com relação aos problemas a serem enfrentados.

Além disso, a formação política permite uma compreensão sobre o que é relevante ensinar e como fazê-lo. Convém que o professor se posicione diante das situações, lutando contra a submissão política, a alienação, as exclusões e as diversas formas de preconceito.

Segundo Perrenoud (1997), quase todas as críticas ao Sistema Escolar estão centradas no mesmo bode expiatório: a formação do professor. Ela é taxada de curta, inadequada, insuficiente e antiquada.

A formação dos professores no Brasil deu-se formalmente através de duas instâncias: as escolas normais e os cursos superiores.

A criação das escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente, substituindo o velho “mestre escola” pelo novo “professor primário”, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais.

Foi a partir do ato adicional de 1834 que se transferiu para as províncias a responsabilidade pela organização de seus sistemas de ensino: primário, secundário e de formação de professores.

A primeira escola a iniciar suas atividades ainda na década de 30 foi a de Niterói, capital da província fluminense. A corte, no Rio de Janeiro, só teve a sua primeira escola normal pública funcionando em 1881, quando a da província já fora criada há quarenta e seis anos.

Segundo alguns dirigentes provinciais, a criação das escolas normais atendia a um forte apelo para o bem comum da sociedade. Eles formariam aqueles homens a quem caberia por missão, elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social.

Em seu início, o curso da escola normal não era seriado, mas a medida que o diretor considerava os alunos como prontos, eram submetidos a exames perante o presidente da província e uma banca de três examinadores convidados. Já em 1947, o curso se torna seriado e aparece uma graduação de disciplinas em função do nível a que os futuros professores se destinavam. Surge o termo “didática”.

Durante todo o final do século XIX e durante o século XX as escolas normais continuaram a formar os professores para as séries iniciais do primeiro segmento. Só ao final do século XX aconteceria uma mudança significativa com a Lei 9394/96 que preconiza o surgimento dos Cursos Normais Superiores, para a formação de docentes para a Educação Infantil e para as primeiras séries do Ensino Fundamental.

Faz parte ainda da Lei 9394/96 em seu título IX, Das Disposições Transitórias em seu artigo 87, inciso IV, § 4º o seguinte texto: “Até o fim da década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados em treinamento em serviço”.

O Curso Normal Superior habilita para lecionar na Educação Infantil, nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e no próprio Normal.

O Decreto 3276/99 diz que: “A formação em nível superior para a atuação multidisciplinar destinada ao magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, far-se-á exclusivamente em Cursos Normais Superiores”.

Este instrumento legal gerou uma corrida nas Prefeituras Municipais, principalmente, em busca da profissionalização dos seus quadros.

O Decreto foi alterado. Trocou-se o “exclusivamente” por “preferencialmente”. O texto anterior feria não só a legislação que regulamenta a autonomia universitária, como também o corpo permanente da LDB, na medida em que as leis são, hierarquicamente superiores a um decreto.

Em 31 de julho de 2003, porém, o então Ministro da Educação Cristovam Buarque homologou um parecer do Conselho Nacional de Educação que suspendeu a “exigência” em caráter definitivo.

O segundo nível de formação é obtido através de cursos superiores.

O Ensino Superior surgiu no Brasil com D. João VI e seu único objetivo era proporcionar uma educação para uma elite aristocrática e nobre que acompanhava a corte. Com isso, os demais níveis de ensino iam sendo suprimidos em detrimento de uma educação voltada para a Aristocracia.

Somente na década de 30 do século XX, o Ensino Superior foi organizado em conglomerados e recebeu o nome de Universidade. A primeira delas foi a Universidade de São Paulo (1934). A partir de então é que se criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com os cursos de Formação de Professores para o ensino secundário.

O Ensino Superior ficou estagnado durante décadas. Somente após a lei que recebeu o número 5540, em 1968, é que se vai encontrar na então denominada reforma universitária mudanças significativas:

Em 1971, a Lei 5692 como novo estatuto legal cria um Capítulo para especificar os professores e os especialistas em educação, forjando legalmente a tão discutida dicotomia docência/especialização ou teoria/ prática. Com o objetivo de adaptar a realidade da formação, a Lei 5692/71, possibilita a manutenção de pessoal leigo ou com reduzida habilitação nos quadros do magistério.

Os cursos para a formação de professores continuam a ser de licenciatura plena ou curta.

Somente em 1996, a Lei 9394 proporrá mudanças mais significativas nos cursos de formação de profissionais de educação ao falar em: cursos seqüências

por campo do saber, de graduação dando continuidade ao Ensino Médio; de Pós-graduação: Mestrado, Doutorado, de Aperfeiçoamento e de Extensão.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988 no Capítulo reservado ao Meio Ambiente em seu artigo 225, determina em estatuto a Educação Ambiental, quando diz:

art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§1º: Para assegurar a efetividade deste direito, incumbe-se ao Poder Público:

[...]

VI – promover a educação ambiental em todos níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Somente em 1999 foi sancionada a lei que organizou a política Nacional de Educação Ambiental, definindo-a, delimitando-a e falando dos profissionais que deverão trabalhar com essa área do conhecimento.

Ainda no mesmo documento, no Capítulo II; Da Política Da Educação Ambiental em seu art.8, §2º, menciona na capacitação de recursos humanos nos incisos II e IV:

II – a incorporação da dimensão ambiental na formação e especialização dos professores de todos os níveis;

[...]

IV – a formação, especialização e atualização dos profissionais na área de meio ambiente.

É esta lei que no artigo 11, falará da modificação dos currículos dos cursos de formação de professores. Diz o referido artigo:

art. 11 – A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas.

§ único: os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

A temática do Meio Ambiente será abordada como tema transversal dos currículos escolares e permeará toda a prática educacional; os educadores deverão considerar a interligação de todas as áreas levando-se em conta o contexto histórico e social em que as escolas estão inseridas, de modo a criar uma visão global e abrangente da questão ambiental na prática educativa.

Fala-se, portanto, em abordagem interdisciplinar, ferramenta básica na educação ambiental, graças a uma necessidade de interação, de cooperação, de inter-relacionamento explícito entre as disciplinas e, conseqüentemente, entre as pessoas. Esse termo adquiriu uma outra conotação quando passou a designar uma “educação inovadora”, muitas vezes usado de forma banal, afastando-se do seu sentido real. Sem dúvida alguma, é difícil falar de interdisciplinaridade como proposta de superação da visão do especialista em uma estrutura conceitual de currículo que vigora nos espaços de aprendizagem, sem um mínimo de articulação entre disciplinas.

Torna-se necessário admitir que a formação inicial, por mais indispensável que seja e por melhor qualidade que tenha, é intrinsecamente inacabada e que os primeiros anos do exercício profissional envolvem importantes e novas aprendizagens, que vão além da simples aplicação do que foi estudado nos bancos escolares.

Para Tardif, no dizer de Nóvoa (1991, p.17), é necessário que, nos tempos atuais, a formação profissional se baseie em uma nova epistemologia: “a epistemologia da prática”, que ele define como “o estudo dos saberes utilizados realmente pelos profissionais, em seu espaço cotidiano”, para o desempenho de suas tarefas. Assim, a formação do professor de acordo com a “a epistemologia da prática” contribuiria para dar um novo significado também à escola e à profissão docente.

Essa demanda pela Educação Ambiental, não só decorrente dos aspectos legais, mas também dos problemas ambientais vivenciados por toda sociedade, provoca a necessidade de formar profissionais aptos a trabalhar com essa nova dimensão do processo educativo.

A postura do docente vem mudando ao longo do tempo. Antes, para ser bom professor, era bastante saber transmitir conhecimentos e exercer autoridade em sala de aula (entenda-se autoridade também como autoritarismo). Atualmente, o perfil do “bom professor” mudou. Com relação ao conhecimento, ele não deve mais apenas

transmiti-lo, isso fica por conta dos livros, da internet e dos meios de comunicação. Sua obrigação, agora, é a de instigar o aluno, jogar os problemas para que ele mesmo os resolva e, assim, levá-lo a desenvolver a criatividade de tal modo que o educador não seja o gestor, mas um real partícipe do processo; não apenas o mediador. Desta forma será possível trabalhar proficuamente as questões do meio ambiente com os alunos e, por extensão, com a comunidade.

Ir do uno ao coletivo, do ser individual ao social até alcançar a plena globalidade e a totalidade. Eis a missão do professor, seja ele ou não da área de Educação Ambiental, mas que sem dúvida, já esteja imbuído do papel de educador – de cidadão do mundo.

Sem dúvida alguma, tanto o educador ou o professor de Educação Ambiental como se queira denominá-lo deverá ser um líder moral e intelectual, que se coloca pronto a fomentar oportunidades para que o conhecimento do grupo se construa de forma lúcida e criativa e com a participação dialógica de todos os envolvidos no processo escolar e da própria comunidade de entorno.

4.3 A Educação Ambiental e a Cultura

Vale ressaltar, pelas observações feitas, que o homem, enquanto ser social, direciona o seu agir na busca da satisfação de suas carências e na tentativa de saciar suas vontades, começa a produzir fazendo uso dos recursos naturais de modo a gerar a cultura.

Admite-se como característica fundamental da cultura a interferência humana na natureza dando-lhe um novo sentido, modificando-a e explorando-a em benefício próprio, assim, entende-se por cultura a criação e produção humanas.

Como bem elucida a Prof.^a Dr.^a Vera R. Werneck em seus estudos apresentados no livro recém-editado *cultura e valor* (2003) que diz sobre o agir humano originando-se basicamente:

1^o - da interpretação imaginária radicada no inconsciente que se manifesta como “visão do mundo”, o modo pelo qual cada um e a sociedade interpretam o cosmos, a natureza, o espaço, a vida, a morte etc. e como ideologia entendida como interpretação dos papéis desempenhados e de todas as relações sociais.

A cultura popular é o imaginário do povo, formalizado e manifestado de diversas maneiras. É estruturada a partir das relações internas no coração da sociedade.

São exemplos de produções culturais dessa modalidade, o idioma, o folclore, certos usos e costumes.

2º - do conhecimento proveniente da razão e da sensibilidade mediatizados pela ação da vontade.

Cabe aqui citar um outro trecho da obra da Prof.^a Dr.^a Vera R. Werneck (2003, p.44) a que já se aludiu anteriormente:

O produto do trabalho é a cultura que será desenvolvida, tanto quanto o modo de ser do sujeito que a produz. O trabalho modifica o sujeito, o outro, o meio natural ou social, ampliando os valores já existentes, ou ainda nele instaurando novos valores.

Na eterna busca de satisfação das carências e felicidade do ser humano, dá-se a manifestação da cultura, consoante a educação e a instrução de cada um, considerado como indivíduo ou grupo social, sendo que a instauração dos valores será a consequência de uma escolha feita, pois a ação humana, visa, essencialmente, a distinguir o que é mais importante para então, eleger o objeto de sua escolha.

É a partir desse processo que se pode entender a cultura como a produção que agrega valor, ou seja, traz crescimento e aprimoramento para o homem. Se assim não for praticar-se-á a anti-cultura ou cultura negativa, reforçando-se o termo como simples sinônimo de usos, hábitos e costumes, independente de seu grau de moralidade.

Cultura considerada como agregação positiva ou negativa é uma visão sociológica enquanto definição, pela qual não se optou usar, haja vista a abordagem axiológica dessa dissertação.

A essa altura torna-se essencial conceituar cultura, para que não se perca esta pesquisa em considerações de menor significância.

Miguel Reale (1996,p.2) em sua obra Paradigmas da Cultura Contemporânea, chama a atenção, quando, sob o título Advertência Necessária, comenta sobre o uso da palavra cultura: “A todo instante se emprega a palavra “cultura” sem clara noção de seu “significado”.

A palavra *cultura* tem uma grande amplitude, daí encontrar-se uma gama considerável de usos diversificados, que nem sempre exprimem uma definição de modo claro e objetivo.

Em sua expressão mais simples cultura é:

[...]uma palavra que veicula-se a cada pessoa indicando o acervo de conhecimentos e de convicções que consubstanciam as suas experiências e condicionam as suas atitudes ou, mais amplamente, o seu comportamento como ser situado na sociedade e no mundo". (REALE, 1996, p.2)

Deve-se distinguir, contudo, esse conceito de cultura do conceito de erudição, já que este diz respeito tão somente ao acervo de vasto conhecimento acumulado pelo sujeito ao longo do tempo.

Miguel Reale, na mesma obra, na página seguinte, conceitua cultura como: "Acervo de bens materiais e espirituais acumulados pela espécie humana através do tempo, mediante um processo intencional ou não de realização de valores". (REALE, 1996, p.4)

A cultura é um campo onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e o mundo devem ser.

A cultura no dizer da Prof.^a Dr.^a Vera Rudge Werneck, "Diz respeito ao agir do homem. É o resultado de sua ação sobre si mesmo, instaurando ou ampliando o valor sobre o mundo em geral, modificando-o, humanizando-o". (WERNECK, 1996, p.11)

Vários estudiosos entendem que a cultura se dá pela instauração do valor. Assim para que se entenda melhor o seu significado não se pode prescindir da compreensão do que é valor.

Pode-se sintetizar a análise dessa conceituação de cultura a partir da realidade do cotidiano e até mesmo através dos tempos e será possível vê-la nascer da ação livre e inteligente do ser humano.

A Prof.^a Dr.^a Vera Rudge Werneck chama a atenção em sua obra já mencionada, *Cultura e Valor*, para visão relativista que entende a cultura como toda a produção humana, englobando o valor e o contra-valor.

Assim, também seriam cultura, por exemplo, as queimadas, que de certa forma promovem o replantio; o refino da cocaína por aprimorar as técnicas e trazer satisfação a quem a consome; o costume da escravidão, por ajudar o

desenvolvimento de um país; dentre outros que agregam valor e trazem o bem, o útil e o belo para a espécie humana.

Ainda de acordo com a professora, o homem relaciona-se com a cultura de dois modos: o primeiro deles pelo fato de nascer num sistema cultural e receber um padrão estabelecido por outros, que o precederam naquele espaço e que ele deve assimilar e de certo modo repetir embora que de forma própria, para poder viver socialmente. Desta forma, passa a ter, por herança, uma bagagem cultural constituída de elementos da cultura em todas as suas possibilidades de manifestação, quer seja positiva como negativa, legado dos antepassados.

Consoante esta ótica, nosso passado histórico, como já mostrado anteriormente, traz-nos tradições de vários matizes ligados à questão ambiental, algumas delas nocivas, como a de soltar balões nas festas juninas, hábito que se disseminou de tal forma que acabou virando tema de concurso e competições.

A beleza da escultura aérea dos balões, o requinte da organização em clubes de balonática e equipes autônomas de baloeiros, até tradicionalmente estabelecidas, e o arrojo dos desafios impostos por novos avanços no campo da física – da aerodinâmica e da astronáutica – levou o povo carioca e fluminense, por mais de um século, a conviver com o risco constante de acidentes de até grandes proporções em matas, pequenas e grandes propriedades, inclusive em refinarias. Durante muito tempo isto ocorreu, até por desconhecer-se a extensão do perigo ocasionado por tal prática.

Atualmente não procede a incidência desse costume haja vista que em 1999 foram registrados 1023 incêndios provocados por balões, causando a destruição de 650 hectares de mata neste país.

Outro exemplo que vem saltando aos olhos de todos é que, por anos a fio, quando se estabelece o período das chuvas fortes de verão ocorrem deslizamentos, principalmente nas cidades serranas fluminenses e, via-de-regra, vê-se que o lixo jogado nas encostas é um dos fatores de acréscimo de perigo. Tornou-se um hábito entre as populações carentes jogar o lixo em terrenos baldios, em declive ou não, independentemente de haver um sistema de coleta em funcionamento. Estamos diante de mais uma manifestação de cultura negativa.

O segundo modo de se relacionar com a cultura é modificando-a pela introdução de novos valores. É desta forma que se pretende estabelecer uma nova cultura ambiental, se assim a pudermos chamar: a partir da eliminação dos aspectos

negativos que até hoje interferem no agir humano, enquanto o homem é um ser social.

Parece pertinente a essa altura fazer-se uma análise filosófica sobre o conceito de tempo.

Yvan Gobry, em sua magnífica obra *De La Valeur* (1975,p.349), faz um estudo sobre o tempo, definindo-o em três dimensões: o passado, o futuro e o porvir.

O porvir é o incerto, o desconhecido. É toda a gama de oportunidades e possibilidades que se manifesta caracterizadamente pela indefinição da vida. As escolhas só são feitas ao apresentar-se uma nova situação. Essa etapa descreveria apropriadamente o período que precede a maturidade do ser humano que tem diante de si uma variada quantidade de opções e de caminhos numa vida adulta por se concretizar. Devido essas características, os homens do séc. XXI fazem força para viver no porvir, como se fora o elixir da eterna juventude, pois nele pretende se perpetuar muitas vezes recusando-se a amadurecer.

É exatamente a postura do indivíduo que se observa, a partir da análise da conceituação de porvir, que vem criar a grande dificuldade, em se tratando de cultura ambiental, pois vive-se o que o historiador e filósofo Hobsbawn, autor do livro *A era dos extremos*, define como presentificação: aquilo que faz com que a pessoa não se preocupe com o passado e não olhe para o futuro, pois só o presente importa. Mas como este é efêmero, permanece vivendo de porvir, sem metas e objetivos claramente definidos.

Como falar para esses homens sobre o futuro da humanidade, se eles lutam para não definir o seu próprio futuro?

O futuro é o que se apresenta como certo. Corresponde à destinação humana, que prevê, por exemplo, um aumento do nível do mar de 15 a 80cm ou a ameaça de extinção de um quarto dos animais e plantas terrestres até 2.050 devido o aquecimento global do planeta Terra em decorrência de ação antrópica. (O GLOBO, 2203, p.24)

Sob esse enfoque de descomprometimento, perdida a visão de construtor do futuro como agente idealizador e executor, torna-se difícil falar em preservação do planeta para a sobrevivência da espécie humana.

A relevância desses conceitos neste estudo deve-se ao fato de se pretender destacar o quanto é difícil falar em preservação para as gerações futuras de um patrimônio natural que vem sendo degradado há séculos por uma população de

“alienados” que vive presa cada vez mais a um porvir, sem ter maior responsabilidade para com o todo e que não tem sensibilidade de assumir-se como passado, pois ele é um estágio posterior ao porvir.

Assim, desenvolver no presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras é o que se pretende com o desenvolvimento sustentável. Parte essencial da cultura ambiental a estabelecer-se, calcada na educação da sensibilidade para que se chegue a um processo de contínuo crescimento, a começar pela sensibilização de cada um.

Somente através desse crescimento interior, será possível fazer com que as ações reflitam mais equilíbrio do mundo exterior, tendo como princípio uma correta valoração e despertando no homem, cidadão do mundo, a sua importância enquanto elo responsável pela propagação do progresso, de si mesmo e pela natureza através do desencadear do tempo.

4.4 A Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável

No decorrer da última década do século XX cresceu entre os empresários, políticos, cientistas sociais, líderes comunitários, ativistas de movimentos populares, artistas, historiadores da cultura e mulheres e homens comuns de todas as classes sociais a percepção de que um novo mundo estava surgindo – um mundo moldado pelas novas tecnologias, pelas novas estruturas sociais, por uma nova economia e uma nova cultura. O termo usado para designar as extraordinárias mudanças e o movimento aparentemente irresistível percebido por milhões de pessoas foi a “globalização”.

Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em meados de 1990, a globalização econômica, caracterizada pelo “livre comércio”, foi exaltada com uma nova ordem que viria beneficiar todas as nações, gerando uma expansão econômica mundial, cujo os frutos acabariam chegando a todas as pessoas, até as mais pobres. Entretanto, um número cada vez maior de ambientalistas e ativistas de movimentos sociais logo percebeu que as novas regras econômicas estabelecidas pela OMC eram manifestadamente insustentáveis e estavam gerando um sem-número de conseqüências téticas, todas elas ligadas entre si – desintegração

social, o fim da democracia, uma deteriorização mais rápida e extensa do meio ambiente, o surgimento e a disseminação de novas doenças e uma pobreza e alienação cada vez maiores.

A globalização foi vendida no campo das idéias como um processo universal, inclusivo e homogeneizado, do ponto de vista das nações e das classes sociais, e que promoveria uma redução pacífica e positiva da soberania dos estados nacionais. Embora possa ter de fato transformado o mundo num espaço sem fronteiras e contribuindo com elementos positivos, em essência tem sido um fenômeno, de modo geral, restrito, excludente e polarizante da riqueza entre as classes e as nações.

Ela pode ser chamada de ocidentalização do mundo, uma vez que se impõe como uma realidade irreversível na tentativa de diminuir as distâncias e as culturas. Mas o seu preço mais evidente tem sido a degradação sócio-ambiental e a transferência dos seus custos para as populações pobres dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, que, além de tudo se vêem frente aos resíduos desse pretense mundo sem fronteiras.

Diz o próprio John Kenneth Galbraith (2002, p.13) sobre o espírito que os economistas e governantes americanos imprimiram ao termo globalização.

A globalização não era um conceito sério, é que nós, os americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital que são sempre causa de grandes problemas.

Poder-se-ia, assim, quase afirmar que o fenômeno a que chamamos globalização não é senão a visibilidade de uma face oculta do sistema capitalista de produção: sua tendência de abarcar todo o planeta.

Vale a pena ressaltar que há vários processos de globalização: o até aqui destacado que é um modelo de dominação econômica, político e cultural, totalitário e excludente; e aquele que cria e possibilita novos movimentos sociais, políticos e culturais como, por exemplo, os Fóruns Internacionais Sociais.

A globalização será positiva, de fato, quando estiver alicerçada nos valores da solidariedade e da participação auto-gestionária tendo como pano de fundo a libertação e emancipação, de tal forma que garanta o movimento eqüitativo, inclusivo e sustentável.

Contudo, esse processo universal acabou criando uma sociedade consumista de recursos, capitais e bens. O consumismo intenso valoriza a acumulação material, a competição exacerbada, o individualismo egoísta e vende uma ilusão alienante de crença na viabilidade deste modelo que jamais poderia ser alcançado pelo conjunto da população planetária ou até mesmo pela grande maioria das nações existentes. Não há como se pretender que, dentro desta estrutura todas as nações atinjam o mesmo nível de desenvolvimento e o mesmo padrão de consumo dos atuais países desenvolvidos, sem que isso resulte em graves problemas ambientais.

Esta cada vez mais claro que a qualidade de vida não pode ser medida só pelo número e o tamanho das coisas que se tem. A qualidade de vida não depende apenas da dimensão econômica, mas também da social e ambiental. É claro que as pessoas precisam sobreviver financeiramente, mas esta é apenas uma dentre muitas necessidades.

A questão do consumo é delicada e controversa, especialmente num país como o Brasil, onde as desigualdades sociais parecem refletir as que encontramos no planeta como um todo.

Para superar esta crise, diversos fóruns têm apresentado um modelo de desenvolvimento sustentável, que propõe associar desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente, utilizando como instrumento a Educação Ambiental, pois, segundo uma visão idealista de Educação, ela é equalizadora de todos os problemas sociais.

A sensibilização e o crescente envolvimento das sociedades em questões ambientais têm pressionado governos e também a iniciativa privada a incorporar em suas diretrizes o desenvolvimento sustentável.

Cabe aqui repetir o conceito de desenvolvimento sustentável emitido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: “Desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (in Brasil, 1997:28). Fala-se, sem dúvida, de uma nova ética de desenvolvimento.

A sustentabilidade esbarra em uma tradição cultural arraigada na sociedade de mercado: começa com a exploração individual ou coletiva dos recursos naturais de maneira danosa ao meio ambiente e culmina com a prática do consumo.

A sustentabilidade é o significativo de uma falha fundamental na história da humanidade. Crise de civilização, modelo culminante da modernidade, cujas origens

remetem a concepção do mundo que serve de base à civilização ocidental. Esse é um tema atual, do final do século XX e da passagem para o terceiro milênio. Da transição da modernidade truncada e inacabada para uma pré-modernidade incerta, marcada pela diferença e pela autonomia.

A idéia de desenvolvimento sustentável nasceu da compreensão de que muitos problemas comuns a regiões, cidades e comunidades eram (e ainda são) tratados de maneira difusa, desconexa, descontextualizada e, por vezes, irresponsável. Pensar globalmente e agir localmente traduz a preocupação de movimentos ecológicos que buscam uma integração e interação entre o local e o global, o que também sintetiza a inserção desses movimentos na ordem mundial que se desenha no alvorecer deste novo século.

O desenvolvimento sustentável, para beneficiar o Planeta Terra, não pode ficar restrito a um pequeno número de países, deve atingir a economia global.

Logo, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento para que o Brasil possa aproveitar de forma equilibrada e criativa sua fabulosa base de recursos naturais.

Está na hora de construir o próprio caminho com ousadia e criatividade, aproveitando a base territorial, o estoque de riquezas naturais e a capacidade de trabalho e adaptação do povo brasileiro.

Quando se trazer o desenvolvimento sustentável, sob forma de ação, para o seio da sociedade, fazendo com que os cidadãos tenham como norma comum de sua existência melhorar a qualidade da vida humana e modificar atitudes e práticas pessoais estará sendo vivenciado o verdadeiro ECOLOGISMO, como foi definido por Naess, (in BRAUN, 2001, p.30), em seu artigo “Os Movimentos Superficiais e Profundos da Ecologia”, onde buscou dar um sentido mais profundo e espiritualizado para as questões do relacionamento humano com os elementos e as vibrações da natureza. Isto só será atingido através da sensibilização instrumentada pela educação.

Segundo Naess (In BRAUN, 2001, p.30), para haver maior conexão e harmonia com a natureza é necessário questionar os pontos fundamentais da visão dominante do mundo. Como exemplo disso está a questão da ecologia que, como ciência, não indaga que tipo de sociedade seria realmente adequada para melhor manter os diferentes tipos de ecossistemas existentes no Planeta. O que ocorre, infelizmente, é o contrário. Em praticamente todos os campos e com raras exceções, o homem

moderno tem estabelecido a forma de utilizar os ecossistemas com base em suas crenças e visões de como o Mundo deva funcionar.

Infelizmente, a maioria das pessoas ainda não está disponível para esse tipo de transformação, por isso faz-se necessário incentivar mudanças de valores e atitudes rumo a uma nova consciência coletiva, visando o desencadeamento de um novo processo de desenvolvimento e um dos pontos iniciais para contribuir com esse processo é a mudança gradual da maneira de pensar e de ver as coisas como valores estritamente econômicos, como se o dinheiro e a tecnologia fossem o sustentáculo da vida na Terra, como se não fosse Ela mesma a fonte de geração da vida.

Não se pode desconsiderar que ainda existem posições radicais como as enunciadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais sob o título: Algumas visões distorcidas sobre a questão ambiental, dentre as quais destaca-se a seguinte:

Os que defendem o meio ambiente são pessoas radicais e privilegiadas que não necessitam trabalhar para sobreviver, mantêm-se alienadas da realidade sobre as exigências impostas pelas necessidades de desenvolvimento, defendem posições que só perturbam quem realmente produz e deseja levar o país para um melhor nível de desenvolvimento. (BRASIL, 1997, p. 44)

Essas “visões românticas” de Educação Ambiental voltadas para o bem da humanidade, através das transformações de algumas atitudes dos indivíduos, mas que não realizam uma crítica sobre as relações de poder engendradas pelo atual modelo de sociedade, não são tão ingênuas assim. Elas estão sendo construídas com uma intencionalidade que reflete uma concepção e que formula um projeto educacional comprometido com a manutenção (preservação) desse modelo, mesmo tendo em seu bojo propostas reformistas pelo viés de soluções tecnicistas e/ou mudanças das referidas atitudes individuais.

Os novos paradigmas ambientais constituem novas possibilidades para ajudar a melhorar o ambiente em que vivemos, mas para que eles sejam incorporados, é preciso que se assimile a Educação Ambiental como a solução para a destruição de bloqueios e preconceitos criados durante gerações que fixaram modelos de sucesso e desenvolvimento.

Embora seja difícil imaginar o meio ambiente como um assunto prioritário, quando diariamente nos deparamos com o desemprego e a violência, é importante

reconhecer que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo implica diretamente na qualidade de vida da população. A estratégia de crescimento para o país pode ser uma excelente oportunidade de mudar a visão clássica de desenvolvimento até hoje adotada. É também uma chance de mostrar que a proteção à natureza não é um obstáculo ao desenvolvimento mas, ao contrário, uma aliada ao crescimento sustentável e a justiça social, gerando empregos inclusive.

Indubitavelmente considera-se que a maioria da população tem, hoje, a sensação imediata e intuitiva de que existe uma necessidade presente de se criar um futuro sustentável, embora conceituar esta idéia seja complexo e difícil. No entanto, percebe-se o problema no ar, no sabor da água, na poluição, nos problemas de saúde, na mortandade dos peixes e na destruição das florestas, nos desastres naturais e na fome, na miséria e no desemprego crescente.

Para muitos, conscientemente, abraça-se um paradoxo ao falar em desenvolvimento com preservação de recursos naturais, mas encontramos em postulações técnicas como a do Engenheiro José Chacon de Assis, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro, uma interessante conceituação.

Está na hora de ter coragem de pensar diferente. Chega de continuar acreditando num modelo suicida que trata as fontes de energia disponíveis na natureza e demais recursos como algo sem valor, com custo zero (ou quase). Chega dessa visão míope, que se dá ao luxo de ignorar um conceito essencial para a sobrevivência da existência humana: a coeficiência. (ASSIS, 2002)

Coeficiência, segundo Assis é um índice que garante a sustentabilidade de um projeto, é a relação entre a velocidade da agressão ambiental e a velocidade com que a natureza consegue reagir para evitar danos.

Em síntese, a busca de tecnologias limpas é essencial para minimizar as atividades impactantes que são necessárias ao mundo moderno.

5. CONCLUSÃO

O que se almeja, verdadeiramente, é ter uma globalização cooperativa e solidária que atribua ao mercado um papel secundário num sistema sócio-

econômico centrado no trabalho e saber humanos, concebidos como geradores primordiais de valores, no planejamento sócio-econômico orientado que atenda satisfatoriamente, as necessidades e aspirações do ser humano e cuja finalidade principal seja servir a sociedade em torno de projetos de desenvolvimento humano em nível local, nacional e global.

Seria permitido idealizar uma globalização sustentável como propõe Marcos Arruda (2002, p.5).

Cooperativas autogestionárias de trabalhadores, redes de trocas solidárias, redes de comércio justo e consumo ético fazendo intercâmbios em nível local, nacional e internacional, bancos éticos, microcrédito solidário, moedas comunitárias desvinculadas de juros: eis algumas das práticas atuais das quais podemos extrair elementos para a visão de uma globalização cooperativa e solidária.

“Precisa-se fazer do resgate do meio ambiente o princípio organizador central da civilização” (Gore. In:CAPRA,2002, p.69). Assim, cuidados como o consumo da matéria-prima esgotável, como os minérios, fazem surgir métodos de reciclagem de auto-eficiência, que envolvem também um componente essencial importante ao criar empregos e gerar rendas para milhares de catadores de materiais reaproveitáveis.

A preocupação com o desaparecimento do petróleo, previsível no curso de um século, estimulam as pesquisas com fontes alternativas, como as energias solar e eólica, o uso de combustíveis alternativos, como o gás natural e o álcool e pesquisas animadoras com óleos vegetais.

Filtros, lagoas de decantação, equipamentos mais eficientes fazem parte do crescente arsenal de métodos e meios incorporados à rotina de produção com o objetivo de reduzir desperdícios de matéria-prima, poupar energia e poluir menos o meio ambiente.

Pode se afirmar até por simples observação que, quando não se protege a natureza, as primeiras vítimas são sempre as pessoas mais destituídas social e economicamente. A proteção da natureza, longe de ser um entrave para o desenvolvimento, é uma garantia de saúde, trabalho e riqueza para todos.

Assim, depreende-se que a solução para o planeta Terra e para a espécie humana é a criação de uma cultura ambiental que não exclua o saber de que o homem é espírito e matéria e como tal é um ser incluso em parte dela, não o seu senhor. Talvez assim, passe a usar inteligentemente os recursos naturais,

especialmente os não-renováveis. Essa deverá ser a estratégia de desenvolvimento e, ao mesmo tempo da sobrevivência do homem e da Terra.

Acredita-se que só através da educação, principalmente em seu enfoque ambiental, pode ser a chave para levar o mundo a transformação que se preconiza, pois, só com o almejado equilíbrio interior de cada um, poder-se-á conduzir o mundo a um rumo, a um destino melhor.

Assim, crê-se que só a partir do real aprimoramento da educação em seu enfoque ambiental poder-se-á sensibilizar e posteriormente conscientizar o cidadão para o que vem a ser o desenvolvimento sustentável sob forma de ação. É nítido que neste momento a Educação Ambiental ainda não está adequadamente instrumentalizada na escola, na comunidade e na vida em geral, portanto parece ser precoce afirmar que ela é o caminho para que se chegue a sustentabilidade preconizada, pois ainda não se tem em mãos dados suficientes para que se diga que ela realmente não o seja.

Que se cumpra o conteúdo da citação de Machado de Assis, célebre escritor brasileiro, em sua obra “Várias histórias”: “Os tempos serão retificados. O mal acabará; os ventos não espalharão mais, nem os germes da morte, nem o clamor dos oprimidos, mas tão somente a cantiga do amor perene e a benção universal da justiça [...]”(ASSIS, 1964)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?!** Em minha sala de aula. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
2. ARRUDA, Marcos. **O desafio e a globalização cooperativa e solidária.** In: Mundo Jovem. Um jornal de idéias. n. 322, p. 4 –5, maio 2002.
3. ASSIS, José Chacon de. **Brasil 21.** Uma nova ética do desenvolvimento. 6 ed. Rio de Janeiro: CREA-Rj, 2001.

4. _____. **Desenvolvimento Sustentável**. In: Mundo Jovem. Um jornal de idéias. n.329, p.13. fev. 2002.
5. ASSIS, Machado de. Várias histórias. In: MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
6. AUGRAS, Monique. **“Mil janelas”**: teóricos do imaginário. Revista psicológica clínica. 2000. v.12, n.1, p.107 – 131.
7. BERESFORD, Heron. **Valor**. Saiba o que é. Rio de Janeiro: Shape, 2000.
8. BRASIL. **Decreto** n.º 87.561/13-09-82 – cria a APA Petrópolis.
9. _____. **Decreto n.º 3276/99** – fala sobre a formação de professores nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
10. _____. **Lei 5540/68** – fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior.
11. _____. **Lei 5692/11-08-71** – fixa as diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.
12. _____. **Lei 6938/81** – fixa a política nacional do meio ambiente.
13. _____. **Lei 9394/20-12-96** – fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.
14. _____. **Lei 9795/99** – Política Nacional de Educação Ambiental.
15. _____. Ministério da Educação e Desportos. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Meio Ambiente e Saúde. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília, 1997.

16. _____. Ministério da Educação e Desportos. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília, 1997.
17. _____. **Constituição da República Federativa**, 1988.
18. BRAUN, Ricardo. **Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Novos paradigmas ambientais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
19. CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. Ciência para uma vida sustentável. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Pensamento – Cultrix Ltda. 2002.
20. _____. **O ponto de mutação**. A ciência e a sociedade e a cultura emergente. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.
21. CEDES, cadernos. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Papyrus, 1971.
22. CORDI, Cassiano & outros. **Para filosofar** . São Paulo: Scipione, 1995.
23. COSTA, Antônio Carlos Gomes; CASCINO, Pascale; SAVIANI, Demerval. **Educador: novo milênio, novo perfil**. São Paulo: Paulus, 2000.
24. DEWEY, John. **Vida e Educação**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
25. DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental, princípios e práticas**. 6 ed. São Paulo: Gaia, 2000.
26. FRONDIZI, Rizieri. **Que son los valores?** México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
27. GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 2000.

28. GALBRATH, John Kenneth. **O que é afinal a globalização?** In: Mundo Jovem. Um jornal de idéias. n. 329. fev. 2002, p.13.
29. GOBRY, Yvan. **De la Valeur**. Belgique: Vander – éditeur, 1975.
30. HESSEN, Joahannes. **Filosofia dos valores**. Tradução: Prof. L. Cabral de Moncada. Coimbra- Portugal: Armênio Amado – Editor, Sucessor. 5 ed., 1980.
31. _____. **Teoria do conhecimento**. Tradução: Dr. Antônio Corrêa. Coimbra- Portugal: Armênio Amado – Editor, Sucessor. 7 ed., 1978.
32. JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
33. KILPATRICK, William H. **Educação para uma civilização em mudança**. Tradução: Prof. Noemy S. Rudolfer. 16 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
34. LEMME, Paschoal. **Memórias 3**. Reflexões e estudos sobre problemas da educação e ensino. v. 3. Brasília, DF: INEP, 1998.
35. MACEDO, Ubiratan. **Introdução a teoria dos valores**. Curitiba: Professores, 1971.
36. MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. **L'Education dans la formacion sociale brasiliene**. Thèse pour le doctorat de 3 éme Cycle. Paris. Université Paris V. VER. Siencies de IÉducacion, 1980.
37. MEDEIROS, Elisa Reis. **Construção do conhecimento I**. UFRJ/CPCH. CEP/ Divisão de ensino, 1999.
38. NÓVOA, Antônio. **Formação continuada de professores: realidade e perspectivas**. Aveiro-Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

39. PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Perspectivas sociológicas. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
40. PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. Coleção Culturas em debate. 3 ed. Rio de Janeiro: Forence, 1964.
41. PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1984.
42. REALE, Miguel. **Paradigmas da cultura contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 1996.
43. SANTA TERESA LARGA NA FRENTE COM SUA AGENDA 21. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2002.
44. WADWORTH, Barry. J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1995.
45. WERNECK, Vera Rudge. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
46. _____. **Educação & sensibilidade** – um estudo sobre a teoria dos valores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.